



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS ERECHIM**

**CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**RAQUEL AGNES SANTOS FONSECA**

**PAISAGEM E FRONTEIRA:**

**GEOGRAFIAS DA RAIA INTERNACIONAL BRASIL-ARGENTINA-  
PARAGUAI**

**ERECHIM**

**2021**

**RAQUEL AGNES SANTOS FONSECA**

**PAISAGEM E FRONTEIRA:**  
GEOGRAFIAS DA RAIA INTERNACIONAL BRASIL-ARGENTINA-  
PARAGUAI

**Trabalho de conclusão do curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção do grau  
de Licenciada em Geografia da Universidade  
Federal da Fronteira Sul.**

Orientador: Professor Dr. Reginaldo José de Souza

ERECHIM

2021

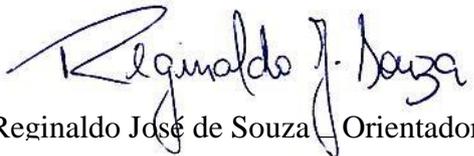
RAQUEL AGNES SANTOS FONSECA

PAISAGEM E FRONTEIRA: GEOGRAFIAS DA RAIA INTERNACIONAL  
SULRIO-GRANDENSE

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado  
como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia  
15/05/2021.

BANCA EXAMINADORA:

  
Reginaldo José de Souza Orientador

Emiliano Vitale – UnaM – Avaliador

Paula Vanessa de Faria Lindo – UFFS – Avaliadora

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Fonseca, Raquel Agnes Santos Paisagem e  
fronteira:: geografias da raia internacional Brasil-  
Argentina-Paraguai / Raquel Agnes Santos Fonseca. --  
2021.

92 f.:il.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Geografia, Erechim, RS, 2021.

1. Sociedade. 2. Natureza. 3. Paisagem. 4.  
Fronteira.

5. Raia. I. Souza, Reginaldo José de, orient. II.

Universidade Federal da Fronteira Sul. III.

Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(



*“A definição de limites e a sua percepção seriam, assim, equivalentes ao próprio estabelecimento do contato: “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza, e se esgota.”<sup>1</sup> Entrar em relação seria, portanto, estabelecer limites ou se deparar com eles. A inevitabilidade do limite torna-se resultado da inevitabilidade do contato. Qual, portanto, seria a origem do limite – a relação? (HISSA, p.38, 2002)*



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato simples mas que retoma memórias de uma história de vida até aqui traçada, de gente de tudo quanto é jeito que na mistura da convivência deixa e leva um pouco, florescem novos olhares, vontades, desejos, esperanças. A vida só se faz junto a alguém, nunca só, é na experiência da vida paisagística que compreendemos nossa existência e a do outro. Assim deixo aqui registrado algumas dessas pessoas que me vem à mente na construção de quem sou e sonho ser.

Agradeço meu pai Alberto Fonseca, meu maior incentivador desde muito cedo para seguir meus sonhos, fiel companheiro, aquele que me faz sentir única e especial.

Agradeço minha mãe Dionéia Adélia, que com toda sua delicadeza e fé sempre esteve pedindo pelas escolhas que teceria na minha vida.

Agradeço meu maninho Betinho, por sua coragem por ser exemplo na responsabilidade diante da vida sem deixar de sonhar sempre, ao seu modo, com a beleza que a vida pode ter e ser.

Agradeço a minha amiga, irmã, parceira Lays que juntas já sonhamos, realizamos, projetamos, e nos incentivamos sempre a nos tornar o melhor que podemos ser com a verdade que descobrimos nessa vida terrena.

Agradeço a todas as amigas/irmãs que deixei em Curitiba e as que também foram embora de lá: Marjorie, Anila, Fernanda, Paula, Ariadne, Lou, Maíra, Iara, Djulli, Carol, Graci, são exemplos de coragem, de mulheres que lutam para ser quem desejam, de amor pelo que se pode realizar na vida para si e para os outros, mulheres que transbordam.

Agradeço as amizades que construí nesses cinco anos de conhecimento em Erechim: Lucas Ponte fiel companheiro das discussões e risos, Adriana Angerami que dividiu comigo a casa os sonhos e anseios, Zoraia que numa troca natural estivemos presentes uma na vida da outra pelo cuidado e carinho, Lize irmã e comadre, Felipe Bruschi entre encontros e desencontros tive conversas geofilosóficas maravilhosas.

Agradeço aos colegas e amigos que somaram nas experiências do PIBID e Residência Pedagógica em momentos de formação muito importantes no tornar-se professora, assim como as professoras preceptoras da rede básica de ensino: Juciela Moterle, Silvia Longo e Maria Verônica.

Agradeço meu orientador e amigo Reginaldo Souza, pelo nosso encontro não paisagístico (afinal era noite, risos) em um trabalho de campo na Ilha do Cardoso, foi a partir dali que muita coisa mudou na minha trajetória acadêmica, portas se abriram e construímos uma parceria bonita de aprendizados e confiança.

Agradeço a professora Paula Lindo, um dos meus primeiros encontros na Universidade, se tornou inspiração de força e coragem, de interesse insaciável pelas geograficidades possíveis, daquilo que está encoberto e precisa ser desvendado.

Agradeço ao professor Emiliano, por aceitar o convite de estar presente nessa banca, do nosso feliz encontro em El Soberbio e de tudo que veio posteriormente reafirmando a raia enquanto realidade possível.

Agradeço a todo corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia que me mostrou caminhos para ler esse mundo confuso com tanta maestria.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, propõe trazer a luz da discussão geográfica a fronteira sul-rio-grandense, através de um encadeamento de discussões sobre a Paisagem em sua dimensão da existência humana, observando a relação sociedade(s) e natureza intrínseca ao processo de caracterização da fronteira, afim de superar a ideia de fronteira enquanto ferramenta de controle, e de limite na finitude de interpenetrações dessas margens territoriais. Assim, propor um entendimento raiano que compreende as continuidades sicionaturais, apresentando como recorte espacial o Rio Grande do Sul, Brasil e Misiones, Argentina nas seguintes situações lindeiras: os casos do Salto do Yucumã/Salto de Moconá e Rio Grande do Sul/Brasil, Misiones/Argentina e Itapuã/Paraguai os sítios históricos e arqueológicos das Missões Jesuíticas Guarani. Por consequência, dois pontos chaves se abrem na interpretação dessas paisagens, a questão ambiental e a questão cultural, essas nos fornecem ferramentas para analisar as diferentes relações entre os Estados jurídico administrativos do Brasil e Argentina, tanto no amparo de áreas de preservação/conservação da natureza e dos bosques nativos como nos sítios históricos, para a compreensão das dinâmicas dos sujeitos que vivem e movimentam essas áreas, compreendendo suas singularidades e semelhanças, nos modos de vida e para a cooperação binacional.

Palavras-chave: Sociedade; Natureza; Paisagem; Fronteira; Raia.

## **ABSTRACT**

The present work of conclusion of course, propose to bring the light to the geographic discussion, the south-rio-grandense border, through a chain of discussions about the Landscape in its dimension of the human existence observing the relation society (s) and intrinsic nature, in order to overcome the idea of a border as a control tool, and a limit on the finiteness of interpenetration of these territorial margins. Proposing the understanding that comprises the socionatural continuities, presenting Rio Grande do Sul, Brazil and Misiones, Argentina as spatial cutout in the following bordering situations: the cases of the Salto do Yucumã / Salto de Moconá and Rio Grande do Sul/Brazil, Misiones/Argentina and Itapua/Paraguay the historical and archaeological sites of the Guarani Jesuit Missions. As a consequence, two key points open up in the interpretation of these landscapes, the environmental issue and the cultural issue, these provide us with tools to analyze the different relationships between the legal administrative states of Brazil and Argentina, both in terms of nature preservation / conservation areas and from native forests as in historical sites, for the understanding of the dynamics of the subjects who live and move these areas, understanding their singularities and similarities, in the ways of life and for binational cooperation.

**Keywords:** Society; Nature; Landscape; Border; Ray.

## **RESUMEN**

El presente trabajo de conclusión del curso, propone traer la luz a la discusión geográfica, la frontera sur-rio-grandense, a través de una cadena de discusiones sobre el Paisaje en su dimensión de la existencia humana observando la relación sociedad (s) y naturaleza intrínseca, para superar la idea de frontera como herramienta de control, y un límite a la finitud de la interpenetración de estos márgenes territoriales. Proponer el entendimiento que comprende las continuidades siconaturales, presentando a Rio Grande do Sul/Brasil y Misiones/Argentina como recorte espacial en las siguientes situaciones limítrofes: los casos de Salto do Yucumã / Salto de Moconá y Rio Grande do Sul/Brasil y Misiones/Argentina, Itapua/Paraguay los sitios y históricos y arqueológicos de las Misiones Jesuíticas Guaraníes. Como consecuencia, se abren dos puntos claves en la interpretación de estos paisajes, el tema ambiental y el tema cultural, estos nos brindan herramientas para analizar las diferentes relaciones entre los estados administrativos legales de Brasil y Argentina, ambos en términos de preservación de la naturaleza. / áreas de conservación. y de bosques nativos como en sitios históricos, para la comprensión de la dinámica de los sujetos que habitan y mueven estas áreas, entendiendo sus singularidades y similitudes, en las formas de vida y para la cooperación binacional.

Palabras llave: Sociedad; Naturaleza; Paisaje; Frontera; Rayo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quadro comparativo.....	17
Figura 2- Quadro de notícias.....	22
Figura 3- Quadro comparativo: fronteira, limite e raia.....	34
Figura 4- Criação do Parque Estadual do Turvo.....	43
Figura 5- Salão de educação ambiental - PET.....	44
Figura 6- Salão de educação ambiental: animais empalhados.....	45
Figura 7- Entorno do PET.....	45
Figura 8- Trilha de acesso: Salto do Yucumã.....	46
Figura 9- Mirante lado Argentino: trajeto até o Salto del Moconá.....	46
Figura 10- Livro de visitação - Salto del Mocon�a.....	47
Figura 11 - A�o de limpeza do Rio Uruguai.....	47
Figura 12 - Confraterniza�o Raiana após a a�o de limpeza do Rio Uruguai.....	48
Figura 13- Paisagem brasileira para o lado Argentina.....	48
Figura 14- Abertura Paisagística do lado Argentino para o Brasileiro.....	49
Figura 15- Carta imagem da área de estudo.....	52
Figura 16- Localiza�o dos trinta povos das missões.....	66
Figura 17- Outdoor: Espetáculo Som e Luz.....	67
Figura 18 - Ruínas São Miguel do Arcanjo.....	68
Figura 19 - Parte interna da Ruína São Miguel do Arcanjo.....	68
Figura 20- Pórtico de acesso a cidade de São Miguel das Missões.....	69
Figura 21- Detalhes do Pórtico.....	69
Figura 22 -Liderança indígena guarani, Sep� Tiaraju e Cristovão Mendonza padre Jesu�ta... 70	
Figura 23 - Casa de Hugo Machado.....	70
Figura 24- Sino e Cotiguaçu.....	71
Figura 25- Monumento anti-bandeirante e cemitério municipal.....	72
Figura 26 - Fonte Missioneira, antiga aldeia guarani m'bya.....	73
Figura 27 - Acesso as Ruínas de São Miguel Arcanjo.....	74
Figura 28 - Lembran�as e souvenir na loja de artesantos das Ruínas.....	75
Figura 29 - �rea rural do Município de São Miguel das Miss�es.....	77
Figura 30 - Localiza�o da redu�o de San Ignacio Mini e outros pontos turísticos.....	79
Figura 31- Retratos de paisagens raianas, outubro de 2019.....	87

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa de localização da área de estudo.....	36
Mapa 2 - Carta de Uso da Terra de, 1993 .....	53
Mapa 3- Carta de Uso da Terra de 2002 .....	54
Mapa 4- Carta de Uso da Terra de 2018 .....	55
Mapa 5 - Carta imagem da Aldeia Guarani M'bya .....	76
Mapa 6- Carta imagem das Aldeias Guarani M'bya - San Ignacio.....	80
Mapa 7- Carta imagem das Aldeias Guarani M'bya em Santisima Trinidad del Paraná.....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Bases teóricas do estudo.....</b>	<b>13</b>
2.1 Paisagem: notas introdutórias .....	13
2.1.1 A paisagem como dimensão da existência humana.....	13
2.2 Geografia entre cultura e meio ambiente: notas introdutórias.....	23
2.2.1 Dilemas da Geografia sobre a questão ambiental e cultural no mundo contemporâneo	24
2.3 Fronteira como território e Raia como paisagem:.....	29
<b>3. O caso do Salto do Yucumã e Saltos de Moconá: Derrubadas-RS e El Soberbio-MIS. ....</b>	<b>35</b>
3.1 Parque Estadual do Turvo – Derrubadas – RS (11/04/2019).....	37
3.2 Escritório de turismo de El Soberbio - Misiones (12/04/2019).....	41
3.3 Geo-foto-grafia raiana.....	42
3.4 Carta imagem e cartas de uso da terra .....	50
3.5 Legislações Ambientais: Brasil e Argentina. ....	56
<b>4. O caso das Missões Jesuíticas Guarani: São Miguel das Missões – RS, San Ignacio Mini – MIS, Santísima Trinidad del Paraná – PY. ....</b>	<b>66</b>
4.1 São Miguel das Missões – Rio Grande do Sul – Brasil .....	67
4.3 San Ignacio Mini – Província de Misiones – Argentina .....	78
4.4 Santísima Trinidad del Paraná– Paraguai .....	81
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>84</b>
6. Ilustrações paisagísticas da raia. ....	87
<b>7. Referencial bibliográfico: .....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim, sob orientação do Professor Doutor Reginaldo Souza, cumpre sua função para além da obtenção do diploma de conclusão de curso, o início de reflexões por parte da graduanda em torno das relações fronteiriças, que anseia em colaborar com o desenvolvimento da pesquisa sobre estudos regionais da Universidade supracitada. Essa pesquisa é resultado de uma caminhada que teve início em agosto de 2018 e finalizou em agosto de 2020, sendo contemplada por dois anos seguidos com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Dessa forma, a construção desse trabalho foi estruturada através de pontes de diálogo entre as temáticas comuns, seguindo uma mesma base: a interpretação de áreas fronteiriças a partir da paisagem, como conceito chave para os debates que irão suceder, afim de propor o entendimento de elos raianos.

A organização dessa leitura está organizada em dois eixos o primeiro voltado às discussões teórico conceituais que dão subsídios para o segundo eixo de interpretação documental e em campo dos casos do Salto do Yucumã/Saltos de Moconá e das Missões Jesuíticas Guarani. O primeiro momento de fundamentação teórica propõe uma ordem conceitual que passa pela Paisagem apresentando as bases teóricas de compreensão desse conceito a partir de sua dimensão existencial em contrapartida às organizações da sociedade, seguido de exemplos fronteiriços que ilustram as diferentes relações com a natureza em diferentes esferas de gestão e vivência lindeira, a discussão da fronteira agrícola torna é um dos exemplos para as discussões visto a expansão de fronteiras internas dessa cultura em diversos lugares do Brasil, inclusive na fronteira sul-rio-grandense.

Em seguida é apresentado a discussão ambiental e cultural conjugadas, visto que é íntima e dependente a relação dessas no fazer/criar humano, bem como essas temáticas vem sendo cenários de dilemas na construção dicotômica entre geografia física e geografia humana e os esforços para que haja uma unidade no fazer geográfico, nas análises socioespaciais.

Por fim a fronteira, limite e raia são trazidas ao debate para um comparativo de como cada uma é posta em prática, o que cada uma delas integra ou anula. Importante perceber

essas áreas no Brasil em situação marginal às grandes cidades, contrapondo a ideia de centralidade, são muitas vezes deixadas à margem quando o interesse não é de controle.

A partir da reflexão desses três eixos conceituais será apresentado os casos do Salto do Yucumã/Saltos de Moconá e das Missões Jesuíticas Guarani, no primeiro trabalhamos com as legislações ambientais do Brasil e Argentina, arquivos foto geográficos da visita técnica realizada em abril de 2019 dos municípios de Derrubadas- RS e El Soberbio- MIS, registros da ação de limpeza do Rio Uruguai ação essa que participamos e pudemos perceber o “espírito” raiano que marca o cotidiano local, tanto nas ações de limpeza como na confraternização seguinte, a elaboração de cartas multitemporais de uso da terra para os anos de 1993, 2003 e 2016 auxiliaram no encontro de informações observadas in loco bem como seu contraponto às legislações.

Para o segundo caso, buscamos analisar como a UNESCO, IPHAN, e outras instituições globais e nacionais são incorporadas na gestão das ruínas, arquivo geofotográfico da visita técnica realizada em São Miguel das Missões em agosto de 2020. As Missões enquanto elemento de rugosidade nas paisagens fronteiriças guardam suas centralidades, como por exemplo a estrutura que os municípios disponibilizam, como hotéis, restaurantes, lazer, para receber turistas, que resulta no movimento da economia local. Porém, é preciso observar e trazer ao debate como e por que as reduções se tornaram de importância local. Bem como colocar em debate o que significa uma educação cultural através da paisagem para a ciência geográfica, afim de percebermos singularidades e particularidades que diferenciam modos de vida que constroem a vida em sociedade e suas narrativas.

## 2. Bases teóricas do estudo

### 2.1 Paisagem: notas introdutórias

Nesse primeiro momento, enquanto ponto de partida para a compreensão do presente trabalho, optamos por trazer à discussão o conceito de paisagem. É a partir dela que a inspiração de pensarmos o espaço geográfico, aqui em específico as fronteiras, se abre como possibilidade de interpretações mais solidárias ao observar o outro nas similaridades e diferenças, bem como no entendimento das continuidades paisagísticas desses espaços que, por vezes, são entendidos como espaços de controle. Assim propomos um olhar para a paisagem sob seus aspectos socionaturais<sup>1</sup> e culturais.

Nesse capítulo, defenderemos o entendimento da fronteira enquanto uma raia socionatural, inspirados na Raia Ibérica e, em contrapartida, trazer à reflexão fronteiras como a dos Estados Unidos e México e a fronteira agrícola como ilustrações das multifaces em que a fronteira se apresenta na realidade enquanto ferramenta de exclusão, anulando o encontro e a continuidade de existências que a leitura paisagística nos possibilita.

#### 2.1.1 A paisagem como dimensão da existência humana

Para discutirmos a paisagem, será apresentado as fundamentações que pretendem trazê-la enquanto categoria que tem em sua essência a compreensão de mundo, o entendimento a partir do ser socionatural político e cultural que a observa e cria interpretações tanto carregado de carga estética como também sob juízo de valor acerca dos elementos que a compõe. Saramago em seu livro “Levantado do Chão” irá escrever, logo no primeiro parágrafo, uma interessante reflexão sobre a Paisagem, da seguinte maneira:

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares, que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos. (SARAMAGO, 1980, p.1)

---

<sup>1</sup> Erik Swyngedouw (2001)

É através da paisagem que conhecemos e construímos nossa concepção do que há na Terra e fora dela, a Natureza e sua dimensão espaço temporal infinita que reafirma nossa finitude, as formas de organização da sociedade e utopias de novas realidades, de nossos lugares de vida, nossos medos e alegrias, por tudo isso e outras mais quantas coisas que se entende quando Saramago escreve “o que mais há na terra, é paisagem.” Enquanto existirmos estaremos fadados às paisagens. A presente reflexão vem no sentido de pensar a paisagem entre aspectos qualitativos e quantitativos, pois vivemos em uma sociedade moderna que intensifica a transformação dos espaços e por consequência nossa forma de ler e interpretar o mundo, como por exemplo a fuga das pessoas para centros urbanos pela falta de acesso à oferta de serviços e trabalho, a fragmentação da vida resultado da divisão internacional do trabalho, nos insere em um contexto de vida programada, onde por diversas vezes nosso acesso a paisagem é dificultado, pela própria edificação (sobretudo a verticalização) das cidades. Rosário Assunto nos traz reflexões para pensarmos a paisagem, e a negação dela, sob essa ótica:

(...) digamos a cidade tecnológica-industrial, se contrapõe a paisagem, a exclui de si e lhe volta as costas, colocando entre as suas próprias margens extremas e cada possibilidade de paisagem o território extra urbano; cujo território, em relação a paisagem, é algo mais que negação: é a contradição absoluta.” (ASSUNTO, p. 355)

Esta passagem do filósofo italiano vem ao encontro de uma perspectiva sobre a paisagem que a considera para além de contemplar o belo, é o espaço no momento que se torna elemento da contemplação humana. Porém, não se restringe apenas a isso, posto que esta contemplação é que permite algo como um retorno à natureza e sua importância para nossas vidas. Nesse aspecto, a paisagem é uma ligação existencial entre observador-mundo. Todos nós projetamos nossa consciência sobre o mundo através da paisagem, na mesma medida que ela nos insere o mundo e modifica nossa percepção sobre ele. Não existem paisagens interiores, a não ser como metáforas. Não existem paisagens fora do horizonte de contato entre o céu e a terra. Não existem paisagens em espaços fechados/confinados.

Assim, a relação entre Paisagem e Fronteira é um desafio geográfico para o desenrolar desta pesquisa, afinal é posta a contradição quando pensamos conjuntamente. Se a paisagem é fruto e condição do transitar humano sobre a terra, da projeção da consciência no mundo, então, se a fronteira impede que isso aconteça ela seria capaz de impedir a continuidade de uma paisagem? A paisagem compreendida enquanto conjunto dos fenômenos naturais nos leva a refletir na impossibilidade do entendimento da natureza em

sua magnitude, é então através dos aspectos sociais em suas diversas manifestações, sejam elas de grupos sociais distintos, científicos ou não, que significamos e desenvolvemos a partir de um acumular de conhecimentos o entendimento das paisagens enquanto sacionatureza. Dessa forma coloca-se a disputa como encontro dessas diferenças epistêmicas, Paes (1998) evidencia essa disputa no âmbito da produção de significados da seguinte maneira:

A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê o mundo. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor. A valorização do patrimônio cultural para fins turísticos evidencia a associação entre o urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território. As imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial. (PAES, 1998)

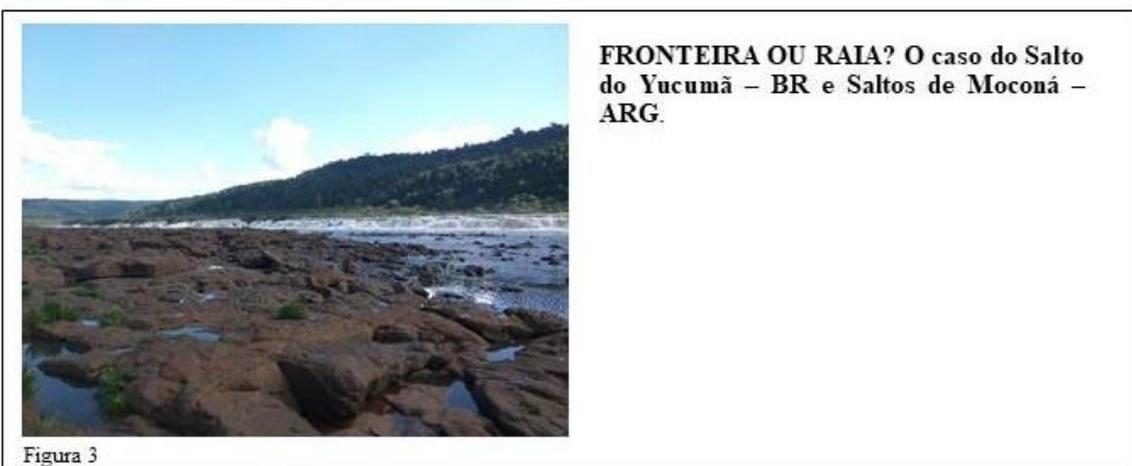
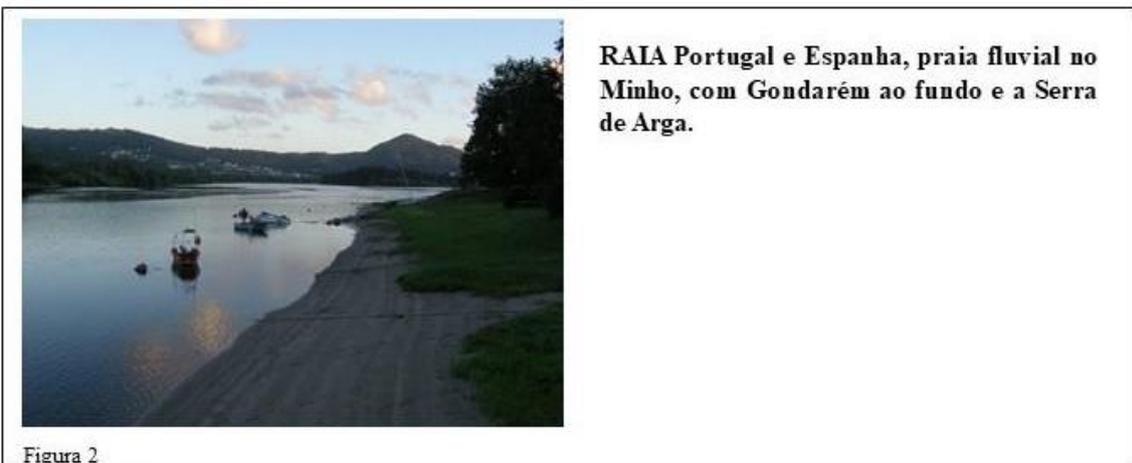
A seguir, apresentamos três situações fronteiriças para refletirmos sobre a relação entre paisagem e fronteira. A primeira situação se refere a uma grade que avança mar adentro, na fronteira entre EUA e México. Trata-se de um exemplo muito didático para se pensar a sobreposição da paisagem em relação aos territórios e seu limite político administrativo: o mar, a praia, o horizonte, o céu e a terra salientam que todo e qualquer passageiro nesta localidade são unidos por sua mesma condição humana em um planeta cuja natureza é democrática, é igualmente distribuída para todos em sua própria naturalidade. Por outro lado, o limite demarcado pela grade não faria o menor sentido diante da magnitude paisagística. Mas, ele faz. É fruto de um conflito de interesses, ou seja, de uma necessidade de impedimento e proibição. Então, a força do território é mais importante do que o sentimento unitário da paisagem. Nessa situação, o poder técnico da fronteira é que conflitaria com o poder simbólico da paisagem ou o poder simbólico da paisagem é que deveria suprimir a fronteira como barreira? Na segunda situação, temos a chamada Raia Ibérica<sup>2</sup>, a fronteira entre Portugal e Espanha não é palco de um conflito de impedimento e proibição. Com o advento da União Europeia, políticas de integração e desenvolvimento das faixas de fronteiras são cada vez mais fomentadas entre os membros componentes. A Raia Ibérica é uma fronteira mais fluída onde o poder simbólico da paisagem se sobrepõe ao limite: é uma franja de contato frequente. Na última fotografia, temos a Raia Brasil-

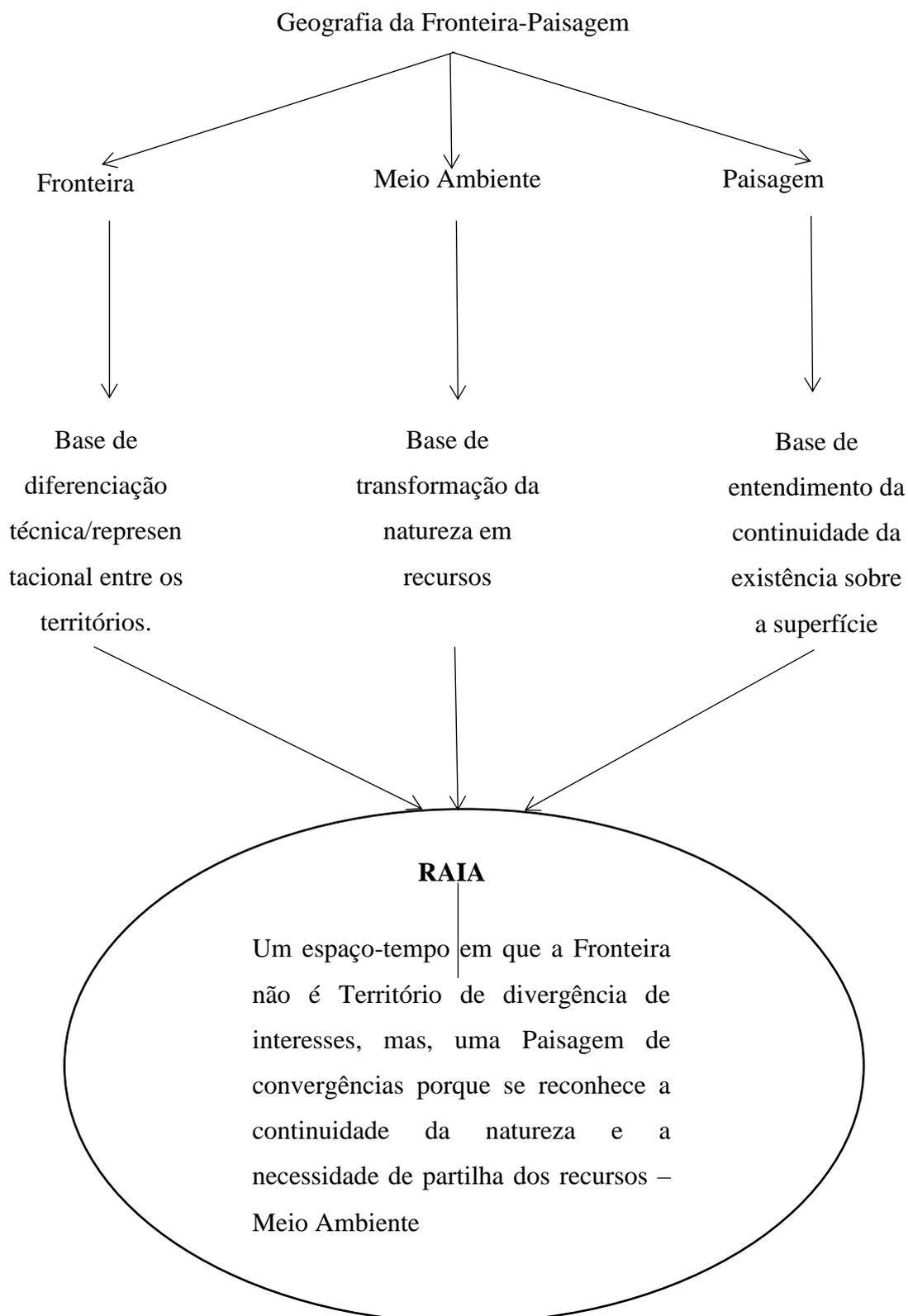
---

<sup>2</sup> Documento de políticas da EU na Raia Ibérica em: [https://www.poctep.eu/sites/default/files/documentos/20072013/pub\\_ceg\\_em.pdf](https://www.poctep.eu/sites/default/files/documentos/20072013/pub_ceg_em.pdf)

Argentina no Salto do Yucumã/Moconá, um dos objetos desta pesquisa. Ali, estamos a buscar o seu enquadramento como uma fronteira que afasta ou uma raia que aproxima territórios pela sua particularidade paisagística. Através do trabalho de campo, tivemos algumas informações relevantes para contribuir com esta reflexão e trataremos dela mais adiante. A seguir apresentamos um esquema de fotografias que ilustram essa discussão.

Figura 1- Quadro comparativo

**FRONTEIRA E/OU RAI A: UM ENTENDIMENTO PAISAGÍSTICO.**



Fonte: Elaborado por Reginaldo Souza e Raquel Fonseca, 2019.

A paisagem é o encontro de duas dimensões, o céu que nos remete ao infinito, aquilo que está para além da compreensão humana, e a terra enquanto finitude, do que podemos compreender e nosso próprio fim. Apesar de muitas vezes ser utilizada apenas enquanto juízo de valor estético, sua complexidade está em nossa existência, quantos foram os movimentos de natureza cósmica e geológica desde o passado remoto até o momento em que surgimos e nos organizamos agora? Em todos esses processos a paisagem estava enquanto meio de forças que tentamos compreender e dominar. Souza (2017) nos provoca ao compreender a natureza por meio da paisagem “O pensar a natureza também é um mergulho no infinito. Logo, como se não bastasse, escrever sobre a natureza é qualquer coisa parecida com o encontro de dois infinitos: um vai de dentro para fora e outro vem de fora para dentro do sujeito.”. Justamente por ser um mergulho no infinito que muitas vezes não nos colocamos a pensar em nossa finitude, deixando a cargo das religiões ditarem o que não compreendemos. Diante das diversas possibilidades de leitura do mundo a partir da paisagem, é essencial tomarmos consciência dessas dimensões para então partir para questões que correspondem à humanidade e suas diversas formas de organização e relações sociais. Cosgrove (1998) ao trazê-la como um conceito essencialmente humano a posiciona dentre outros conceitos também necessários:

Assim, paisagem é um conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana. Ao contrário do conceito de lugar, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de meio ambiente ou espaço, lembramos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda. (COSGROVE, 1998, p. 100)

A paisagem nos insere no mundo, e provoca a pensar sobre o porquê das coisas e de nós mesmos. Por isso seu potencial educativo é necessário, somos seres sociais e vivemos organizados em sociedade que por vezes é complexa ao entendimento distante de nossa realidade, mas que ao nos depararmos com uma nova paisagem refletimos sobre nossa existência e o que fazer dela. Quando paramos na estrada e observamos a imensidão sem fim de monocultura por exemplo, da qual somos dependentes economicamente, do ponto de vista das políticas de mercado vigentes, não conseguimos imaginar uma outra realidade, que estamos designados a essa dependência com todas as consequências geradas, como a não resolução de problemas de desigualdade social. Nesse momento a geografia mostra seu potencial quando pode trazer a discussão diante da transitoriedade dos acontecimentos na

história da humanidade, e que a monocultura não é em si o problema mas sim a não resolução do bem estar das sociedades. O monocultivo de soja e milho no Brasil vem crescendo em números exponenciais, em especial nesse ano, que inserido numa realidade de pandemia há mais de um ano, esses números não refletem no bem estar da população, pelo contrário as desigualdades são evidenciadas nas mais diversas esferas, o desemprego, a fome, a falta de moradia pela falta de condições de pagamento de aluguéis, a submissão a um sistema- mundo moderno-colonial, ainda na atualidade se apresenta como fato, conforme Gonçalves (2006) nos explica que “Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi ontem, o do açúcar com seus engenhos”, a continuidade de sistemas que incorporam a escravidão podem no contemporâneo ter tomado novos nomes, e impressões de avanços sociais, porém basta que tenhamos uma mudança de prioridade para as políticas públicas para que a população não tenha estabilidade de se manter dignamente.

Assim, percebemos que o mundo que habitamos, globalizado, tem em si fronteiras que extrapolam as delimitações cartográficas de territórios, as políticas que beneficiam apenas um lado da realidade são exemplos claros de como em momentos de crise sanitária como o que vivemos nos colocam como reféns. A desigualdade tão comum em nosso vocabulário ainda hoje é reflexo da colonialidade que se mantém em nossas paisagens, vozes que historicamente foram silenciadas resistem para que suas histórias, e por que não suas paisagens sejam compreendidas e respeitadas, em um esforço educativo que a melhor das escolas não é capaz de ensinar, pois trata-se da vida em si. Sobre esses sujeitos que lutam pela emancipação nas Américas, Gonçalves (2016) nos traz exemplos dessas territorialidades no transcorrer na história:

Na América Latina e no Caribe esta reestruturação do Estado significou novas relações com/contra as dominantes tradicionais num novo quadro político. Nele, as relações tradicionais de dominação historicamente tecidas pela elite crioula com/contra os povos originários, os indigenatos, os camponeses os afrodescendentes e os assalariados públicos e privados começam a ser diluídas e, posto que a preocupação com a inserção na economia global é maior que a preocupação com a integração social interna – como, de certa forma, se colocava nos anos 60 e 70 sob a forte presença de movimentos populares -, começam a emergir como novos velhos protagonistas que, até aqui, estiveram invisibilizados e submetidos àquelas relações sociais e de poder tradicionais. (GONÇALVES, p. 160. 2006)

A seguir alguns recortes para exemplificar essa disputa no contexto atual, gráficos, imagens, manchetes que nos provocam a pensar no que avançamos no enfrentamento de fronteiras que fragmentam o interior dos territórios e territorialidades.

Figura 2- Quadro de notícias

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL**  
1% mais rico detém mais do que o dobro da renda dos 40% mais pobres

● Pessoas ● Riqueza

Categoria	Porcentagem
Mais ricos	1%
Mais pobres	40%
Riqueza (1% mais ricos)	28,3%
Pessoas (40% mais pobres)	10,4%

Fonte: IBGE

**Embrapa: Brasil será maior exportador de grãos do mundo em cinco anos**  
Marketing of Branded Better-Feeder (BBB) Brasil e 2ª maior exportador

China compra 80% da soja produzida no Brasil. A maior parte vai para a produção de ração para bovinos, suínos e aves – Arquivo EBC/Danielle Pereira

**Brasil de Fato**  
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio

INÍCIO > GERAL

COMIDA OU COMMODITY

**Por que milhões de brasileiros passam fome se o país colhe safras recorde?**

Ministério da Agricultura comemora a "supersafra" de mais de 272 milhões de toneladas de grãos. E a fome cresce no país

BATE-PAPO UOL MEU NEGÓCIO ESTUDO ONLINE INGBWIK

UOL

BUSCA EMAIL CONTA UOL

PRODUTOS NOTÍCIAS CARRDS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH TV E FAMOSOS UNIVERSA VIVABEM T&T ECOA MOV NOSSA TAB 5

DOLAR COM	PESO	EURO	BITCOIN	BOVESPA	IPCA	SELIC
+0,84%	+0,92%	+0,90%	+0,25%	+0,87%	+0,85%	+2,75%
R\$ 5.722	R\$ 0.082	R\$ 0.825	R\$ 349.558,78	118.811,74 Pts	Mar. 2021	17 Mar. 2021

**ECONOMIA**

Câmara mantém veto presidencial a auxílio a agricultores familiares

Fontes: Fig. 1: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais->

estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres;Fig. 2:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/embrapa-brasil-sera-maior-exportador-de-graos-do-mundo-em-cinco-anos> Fig.3 e 5:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/14/por-que-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-se-o-pais-colhe-safras-recorde> Fig. 4: Arquivo pessoal, Porto de Paranaguá, 2019. Fig.6:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/17/camara-mantem-veto-presidencial-a-auxilio-a-agricultores-familiares.htm>

Dessa forma ao tratarmos das paisagens da fronteira sul-rio-grandense e propor uma leitura da fronteira enquanto elo raiano a partir das rugosidades culturais marcadas nesses territórios fronteiriços, como as Missões Jesuíticas Guarani, e consequentemente o modo de vida dos indígenas da etnia guarani, que exemplificam esse transitar pelos territórios, compreendendo em suas horizontalidades, ou seja, sob a perspectiva de quem habita, sem diferenciá-los enquanto Brasil, Argentina e Paraguai. Em notícia veiculada em 2019 no G1 com a chamada: “Área indígena em São Miguel das Missões recebe certificado internacional de patrimônio do Mercosul” o coordenador da Comissão Guarani Yvyrupa, Marcos Tupã faz a seguinte fala:

Não existe fronteira de Brasil, de estado e de município no nosso conceito Guarani. É com isso que nós vivemos nesse território. Esse espaço para nós é muito sagrado. Derramou-se muito sangue e mesmo assim estamos vivendo e resistindo. Que tenha esse olhar de respeito, de fortalecimento e de reconhecer de fato a presença e a continuidade da vida do povo Guarani e das nossas futuras gerações.

Com as discussões apresentadas, partimos para diálogos sobre a questão ambiental e cultural, considerando que o estudo permite uma leitura da geografia da fronteira através de sua consideração como paisagem. As três entradas interpretativas: Fronteira, Meio Ambiente, Cultura e Paisagem foram compreendidas como bases diferenciadas que convergem para o entendimento do significado da Raia, que é o resultado da hibridação entre uma base técnica/representacional (fronteira), uma base de reconhecimento da natureza como necessidade à reprodução do território (meio ambiente e cultura) e uma base de reconhecimento da unidade entre seres humanos no mundo e entre sociedade e natureza (paisagem).

## **2.2 Geografia entre cultura e meio ambiente: notas introdutórias**

As discussões propostas nesse momento tem por razão os recortes espaciais da pesquisa que irão tratar de situações fronteiriças ambientais e culturais, porém, apesar de apresentarem ênfases singulares, se complementam quando propomos pensar as relações

sociais e suas múltiplas formas de apropriação e transformação da natureza (enquanto recurso) assim, a cultura. Dessa forma, apresentaremos as duas temáticas de forma conjunta, compreendendo suas singularidades. Nesse sentido, o desenvolvimento da Ciência, aqui em especial a Geografia, passará por processos de construção do conhecimento relacionados a diferentes momentos da história, desde os pré-socráticos onde a ideia da *physis*<sup>3</sup> perpassa uma visão do mundo ampla, onde não há a separação homem e natureza, como Gonçalves nos explica: (...) a afirmação desta oposição homem-natureza se deu, no corpo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais.”

Assim a fragmentação e especialização que afunilam a Ciência correndo o risco de esquecer as diferentes escalas de análise tão importantes para a Geografia, assim como o pensamento filosófico como fonte de questionamentos e abertura para outros saberes. Na Geografia, se evidencia com a dicotomia entre geografia humana e geografia física, e suas diversas subáreas, por isso o debate voltado a compreender a relação sociedade e natureza traz consigo a possibilidade de integração. Principalmente quanto ao debate ambiental, e por consequência cultural, transversal a todas as áreas da vida humana, é necessário ponderar para não cairmos em vazios, como bem sinaliza Gonçalves (2011).

### **2.2.1 Dilemas da Geografia sobre a questão ambiental e cultural no mundo contemporâneo**

O que temos como objetivo neste trabalho é refletir sobre como o Meio Ambiente vem sendo discutido na Geografia e por que a questão ambiental é de interesse dessa Ciência, bem como apontar e desenvolver um raciocínio que tente fomentar discussões que ampliem nossa percepção do que é Natureza e o que é Meio Ambiente, e quais os problemas de conhecimento que envolvem essa seara quando discutimos a preservação/conservação da Natureza. Assim como a compreensão do Meio Ambiente enquanto espaço geográfico, que é ambiente, e é relação de diferentes Sociedades e Natureza. Para compreender a questão ambiental na Geografia, problemas na construção da Ciência enquanto unidade são

---

<sup>3</sup> “A *physis* é a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens. E aqui convém chamar a atenção para um desvio em que facilmente incorre o homem contemporâneo. Posto que a nossa compreensão do conceito de natureza é muito mais estreita e pobre que a grega, o perigo consiste em julgar a *physis* como se os pré-socráticos a compreendessem a partir daquilo que nós hoje entendemos por natureza: neste sentido, se comprometeria o primeiro pensamento grego com uma espécie de naturalismo.” Gerd Bornheim em Gonçalves (2018)

perceptíveis pela dicotomia Geografia Física e Geografia Humana, onde os métodos e metodologias são distintos na análise, quando deveriam trabalhar juntos, afinal um não anula o outro mas se complementam.

Mendonça (2011) explica que “com tais características não se poderia estranhar o fato de a geografia física e a geografia humana possuírem métodos tão diferenciados, além de a geografia como um todo possuir uma epistemologia tão complexa”. Essas visões refletem na discussão de qual é a Natureza que investigamos, a primeira tida como intocada e a segunda do espaço organizado socialmente. Mendonça (2011), ao tratar das duas naturezas e o método marxista que muito tem influenciado as análises sociais, traz o seguinte questionamento:

Uma das leis da dialética é a interpenetração dos contrários; segundo ela os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levar em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Para não recorrer as outras leis da dialética, somente esta já ilustra ou demonstra que a segunda natureza não pode ser compreendida isoladamente e sem relação com a primeira natureza (...). (MENDONÇA, 2011, P. 23)

Essa provocação nos leva a pensar quais são as possibilidades de análise do espaço geográfico, compreendendo que esse é contido tanto de Natureza como de Sociedade. Considerar estas dimensões separadamente nos leva a uma crise epistemológica. Por isso é fundamental compreender as ferramentas geográficas conceituais tais como: Paisagem, Território, Região, Ambiente e Lugar, que traduzem em si diferentes formas da espacialização dos fenômenos entre natureza e sociedade. É no espaço geográfico que a questão ambiental traz sua importância na discussão de distintas realidades. A Geografia Física, segundo Mendonça (2011), que teve sua origem através da caracterização do meio natural foi o que forneceu as bases para compreensão dos distintos lugares e suas relações, passando no séc. XIX pelas escolas determinista e possibilista, sendo a possibilista influenciada pela perspectiva cartesiana, Gonçalves salienta sobre a influência cartesiana “o antropocentrismo, isto é, o homem passa a ser visto como o centro do mundo; o sujeito em oposição ao objeto, a natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, torna-se “senhor e possuidor da natureza”.” como exemplo temos a regionalização do Brasil como conhecemos marcada pelos aspectos econômicos combinados com a diversidade de quadros naturais que, quando vistos integrados, formam as regiões e nos auxiliam na gestão, planejamento e educação, porém

por vezes paramos nesses outros limites regionais deixando de lado toda complexidade sionatural dentro e para além dos limites, nas inter-relações que extrapolam convenções que acabam simplificando e até anulando realidades. A individualização de ramos específicos da geografia não é exclusividade desta, mas resultado de conflitos mundiais como a Segunda Grande Guerra, cujo desenvolvimento técnico e científico fruto desse período passam a ser incorporados pela Ciência e parte da sociedade civil, a instrumentalização do saber geográfico através da corrida espacial ao mesmo tempo que ampliou nosso conhecimento do mundo também nos deu a falsa sensação de controle. A dualidade de forças dos EUA e URSS trouxeram ênfases distintas que refletem no próprio desenvolvimento da dicotomia da geografia, conforme Mendonça:

Se nos países socialistas a “ditadura do proletariado” enfraqueceu o desenvolvimento das ciências humanas (sociais) em função da censura a crítica do sistema, nos países capitalistas sem ditaduras os questionamentos sociais e da organização do poder utilizando também o pensamento marxista, auxiliaram no desmascaramento de injustiças sociais bem como permitiram avanços no progresso da democracia. (MENDONÇA, 2011, P. 36)

As conquistas no campo social, de raízes marxistas, influenciaram no entendimento de uma possível democracia, de direitos e deveres, liberdade e acesso a bens de consumo, idealizando a vida moderna, porém os processos históricos de instauração do capitalismo acarretaram relações de exploração do ser humano e dos recursos naturais de forma perversa e predatória, como é o caso do genocídio e escravização de indígenas e negros, base da construção desse sistema e que se perpetua até o momento, no apagamento cultural e no não reconhecimento de outros modos de vida. Isso gerou heranças da divisão do conhecimento que nos (des)educou a pensar a natureza e diferenças socioculturais.

A questão ambiental é temática recente no pensamento político, fruto de como o desenvolvimento econômico tem se apropriado dos recursos naturais como fonte de um modo de vida que visa o consumo e o lucro, resultando em desastres ambientais como o Acidente na Baía de Minamata, no Japão – casos de contaminação de mercúrio em decorrência dos despejos de efluentes industriais em 1962, Clube de Roma e o Relatório “Limites do Crescimento” – Resultado da discussão sobre o uso dos recursos naturais e o futuro da humanidade em 1968, só em 1972 tínhamos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) – Estocolmo / Suécia – 1972 onde iniciaram as discussões sobre a questão ambiental nas legislações e planejamentos dos países signatários.

Assim como as discussões acerca da preservação da natureza ganharam maior notoriedade nas últimas décadas, resultado de um maior conhecimento científico sobre as consequências da degradação do Meio Ambiente e pressão de órgãos como a ONU. Nesse sentido, tratar do que é e o que representa a questão ambiental e cultural para a sociedade atual é discutir as relações sociedade e natureza no decorrer da história, com os olhos no presente, a fim de tentar compreender quais são os enganos cometidos principalmente quando relacionados aos diversos discursos que, carregados de distintas intencionalidades, tem por objetivo defender interesses econômicos por essência, como o termo desenvolvimento sustentável, ou, quando carregado por paixões como a ideia de salvar a natureza - essa que não depende de nós humanos para sua perpetuação - pelo contrário, negligencia a complexidade que faz da vida humana possível. Assim, Gonçalves (2011) problematiza o próprio processo civilizatório e pontua:

Eis a razão maior do movimento pela vida que, como não podia deixar de ser, é um impulso radical, no sentido mais profundo do termo, ou seja, que busca ir até a raiz das coisas para delas fazer emergir um pensar, um agir e um sentir mais lúcido. A História já demonstrou que não caminha necessariamente para a frente. As sociedades que se consideram as mais civilizadas foram as responsáveis pelas maiores barbáries do nosso século: Auschwitz, gulag e os bombardeios de napalm no Vietnã, por exemplo, não podem ser apontados como símbolos de progresso da humanidade. (GONÇALVES, 2011, P.99)

A provocação do autor nos leva a pensar se a civilização e seus avanços são de fato um movimento pela vida, pela humanidade, afinal os exemplos que temos de barbáries cometidas, citando apenas algumas delas, não sinalizam exatamente isso, pelo contrário. Para Gonçalves (2011) o ser humano por princípio produz cultura, é na relação com o meio que se produz diferentes modos de vida, mas, o que vivemos na atualidade é uma homogeneização do modo de vida, voltado para produção agrícola em grandes escalas onde a monocultura no caso brasileiro é uma das principais riquezas do ponto de vista de importação e escoamento de insumos para outros países, pequenos produtores que, pressionados pelas facilidades do monocultivo, arrendam suas terras, causando um maior esvaziamento do campo pela substituição da mão de obra por máquinas, insumos e tecnologia agrícola, o desenvolvimento das cidades que guardam suas centralidades e periferias, diversos problemas como o saneamento básico, transporte público, condições de moradia e alimentação escassas, são alguns exemplos do cotidiano que manifestam a falta de um movimento pela vida, e aqui as condições sionaturais estão intimamente relacionadas.

Já a questão cultural, desde as formas acima citadas de como nos apropriamos da natureza e transformamos em algo contra nós mesmos, enquanto espécie, temos nos patrimônios culturais, sua importância nos contextos locais como também globais, como é o caso dos tombamentos reconhecidos pelo IPHAN em 1938 e pela UNESCO em 1983, se tornam espaços de valorização de um fato histórico enquanto rugosidades arquitetônicas e culturais em seus aspectos materiais e, por consequência, a geração de uma economia do turismo. Nessas duas situações vemos a separação da sociedade e natureza e logo da cultura como formas de compreende-las separadamente de seus sujeitos, ou a-históricas, Gonçalves (2006) nos explica que sociedade é espaço, logo podemos considerar que sociedade é natureza, nas palavras do autor:

Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, terra, do ar e do fogo. O fato de que homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *sign*-ificado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza. (GONÇALVES. p. 163. 2006)

Dessa forma é preciso pensar em como se tem dado as experiências de uma educação cultural nesses espaços em contraponto ao consumo paisagístico por ele mesmo, se há algum entendimento dos processos históricos de apropriação da natureza e da produção de bens culturais aliados aos interesses dos distintos sujeitos que mantêm e narram, na atualidade, os tempos pretéritos. Nesse sentido Paes nos traz um paralelo entre as relações de patrimônio material e imaterial para a modernidade:

Na modernidade a cultura assumiu a sua interpretação mais pelo viés das relações sociais simbólicas, embora o caráter material desta esteja sempre presente. É dessa forma que, mesmo o patrimônio imaterial, intangível, possui um lugar, um território, uma espacialidade e um sistema de objetos que dá concretude a este universo simbólico. (...) Interpretado desta maneira o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social. (PAES, 1998)

Fato esse que com o advento da globalização ganha sobreposições de intencionalidades e narrativas, que nem sempre estão de acordo com o valores simbólicos e imateriais que esses patrimônios guardam em seu sentido primário e de seus sujeitos que construíram e tem nesses suas histórias materializadas, na constituição de territórios e territorialidades. Como exemplo temos os centros históricos das grandes cidades, levantados

por mão de obra afrodescendente escravizada e que na atualidade sofrem com a gentrificação, onde suas gerações posteriores vivem à margem de sua própria história.

### **2.3 Fronteira como território e Raia como paisagem:**

A presente discussão tem por objetivo apresentar como a fronteira vem sendo discutida na geografia, para então percebê-la para além de um limite de Estado Nação e estabelecer diálogos que superem o entendimento desta como ruptura e compreenda quais as relações espaciais que resultam na delimitação de territórios, assim como as consequências na vida cotidiana dos que vivem em áreas fronteiriças. Diante das transformações do espaço geográfico, sob a lente da geopolítica, percebemos a fragmentação dos territórios e a cristalização de Estados Nação através de suas fronteiras. De acordo com Cataia (2001), as fronteiras institucionais tomam a forma como conhecemos a partir do Estado Moderno no final do século XIX, resultado de processos de colonização marcados por conflitos nas relações de disputa por território, daqueles que já estavam territorializados e aqueles que chegavam, buscando e estabelecendo formas de subsistência, reprodução de vida, transformação e apropriação da natureza através de suas heranças culturais e intencionalidades.

Isnard (1981), citado por Cataia (2001), explicará esse movimento da seguinte forma: “o que define geograficamente a colonização é, entre outras coisas, a introdução de um modelo de espaço concebido pela civilização ocidental, num meio sociocultural e econômico diferente”. Explicita-se então como o espaço geográfico é marcado por diferentes temporalidades locais e globais, ocidente e oriente, velho mundo, novo mundo e novíssimo mundo, que marcam as distintas relações de sociedades com o meio. As colonizações irão expressar o início do estabelecimento de uma cultura ocidental que mais tarde resultaria na expansão do modelo capitalista de produção baseado em relações de produção e comércio internas e externas, voltadas ao desenvolvimento econômico, reforçando os limites territoriais que, por vezes, não coincidiam com as territorialidades de grupos sociais locais. Assim, a tipologia das fronteiras para a representação desse limite dos Estados, unidades federativas, províncias, carregam suas marcas de ampliação ou encolhimento nos territórios,

evidenciando quais interesses motivaram a ocupação e territorialização de distintas formas de uso e ocupação desses espaços. Ou seja, o formato dessas delimitações vetoriais, que temos em representações territoriais, refletem a historicidade projetada na natureza.

Cataia (2001) comenta como a sedentarização do ser humano junto à consequente divisão do trabalho impulsionaram o espaço ecológico à gradativa transformação em espaço geográfico, o que não anula nem pressupõe a superação das dinâmicas naturais como é o caso da fronteira de San Diego – EUA e Tijuana – México separadas por um gradil que segue adentro ao mar por apenas alguns metros sem que seja capaz de bloquear todo o oceano, como mostramos na primeira parte da pesquisa. Enfim, são tentativas de controle através de equipamentos político-administrativos na fiscalização de entrada e saída de pessoas. Gonçalves (2006) traz uma importante reflexão para pensarmos as fronteiras a partir da imagem do planeta Terra:

Afinal, a Terra está lá, solta no espaço, nua, natureza pura. As diferenças entre povos não aparecem. Poderosa imagem essa que sobrevaloriza o planeta e esconde os povos, as culturas. A ideia de que estamos diante de um constructo cultural, cuidemo-nos, não nos deve escapar, até porque, nas diversas imagens que se projetam da Terra no espaço, lá está a haste de um satélite de onde ela foi fotografada. A técnica paira por sobre a imagem. Por trás da objetiva há, sempre, alguém olhando, observando. (GONÇALVES, 2006, p.12)

As fronteiras, para fora e para dentro, enquanto ferramenta conceitual são evidenciadas na contemporaneidade pelo avanço da tecnologia na delimitação, controle e gestão dos territórios e seus recursos naturais, resultado do avanço do sensoriamento remoto, como ciência e tecnologia da informação na representação do espaço geográfico e caracterização das ações humanas sobre o espaço.

A corrida espacial entre EUA e URSS, e a constatação do planeta esférico e azul, livre de fronteiras, tornou-se muito mais uma romantização do que propriamente o esforço na resolução de problemáticas sociais e ambientais. Em um mundo globalizado, tal qual se apresenta agora, os modos de vida das sociedades se aproximam assim como a codependência da matéria prima à tecnologia, mas conservam raízes originárias das colonizações, marcadas pela exclusão e interpenetração de culturas.

Souza (2014) comenta que fronteiras ou raias são como franjas onde, em momentos, podem tornar-se semelhantes, contrapondo modelos de governos centrais. Por essa perspectiva é possível compreender essas relações fronteiriças para além do limite

geopolítico, mas como possibilidade de desenvolvimento regional, cultural, econômico etc. Criando assim sua própria centralidade, como é o caso de Portugal e Espanha, conforme Carminda Cavaco explica o apagamento da fronteira luso-espanhola:

(...) o apagar da fronteira facilitou o estabelecimento de relações de cooperação de tipo novo entre as populações e entre as autoridades de um lado e outro da linha divisória dos poderes locais e nacionais, e a exploração livre de todas as complementaridades e sinergias das intervenções públicas e privadas, de iniciativa local, regional, nacional ou comunitária. (CAVACO, 1994)

Diferente do caso na fronteira entre os Estados Unidos e México, onde a figura do Governo enquanto poder coercitivo torna-se evidente na delimitação de territórios através de muros, como também do controle policial para possíveis ‘fugas’. Neste caso, o sonho americano, de um desejo de condições melhores de vida, torna-se na negação do outro e, por vezes, de si mesmo. Oliveira (2011) traz elementos para a discussão da fronteira através da Arte em uma publicação intitulada “FRONTEIRA: ARTE: DOIS MUNDOS: projetos de arte de Alfredo Jaar e Judi Werthein entre América Latina e os Estados Unidos”:

Para a proteção da fronteira da Califórnia, por exemplo, um muro de mais de quarenta quilômetros de extensão foi erguido com refugos metálicos da primeira guerra do Golfo – a assim chamada Operação Desert Storm -, motivando o geógrafo David Harvey, inglês radicado nos Estados Unidos, a perguntar, com perplexidade e certa indignação, “por que estamos erguendo muros em algumas partes do mundo, enquanto em outras nós os derrubamos? Afinal, que direito é esse que acreditamos ter?” (OLIVEIRA, 2011)

A fronteira manifesta a marginalização do espaço enquanto ente de importância para o poder em suas diversas esferas, compreendendo aqui a educação enquanto esfera de poder e transformação, para que assim resulte no entendimento do território enquanto espaço vivido e construído, enquanto espaço geográfico como qualquer outro, guarda em si suas singularidades de relações culturais e ambientais, percebê-las em sua continuidade paisagística é central para que, ao invés do rompimento ou anulação de uma das realidades, haja a combinação e superação de conhecimentos, práticas e poderes que distanciam os territórios, as pessoas, as iniciativas de cooperação etc.

Afinal, é um mundo, com recortes territoriais muito mais para a compreensão cartográfica, do que para as dinâmicas naturais por exemplo, não são vários mundos mas o mesmo entre compatibilidades e/ou tensões. Hissa (1998) explicita a natureza na fronteira: "Entretanto, tudo o que pode ser compreendido como próprio dos domínios da natureza desconhece o limite e a sua própria existência. As coisas existem - e pronto: “O único sentido das coisas é elas não terem sentido íntimo nenhum.” Traz uma passagem de Fernando

Pessoa que, ao falar sobre o sentido das coisas, exalta a naturalidade primeira de não haver sentido, nós enquanto sociedade que imprimimos à natureza o limite ou a fronteira, o significado.

Cataia (2010) resgata periodizações da transformação do espaço geográfico, que dialogam ao perceber o pré-agrícola ou pré-técnico como momentos antecedentes à sedentarização do ser humano, ainda “reféns” das dinâmicas da natureza. A partir da fixação, domínio da agricultura, desenvolvimento e aprimoramento das técnicas difundidas com suas especificidades locais que dá início a construção de cidades junto à consolidação de indústrias e um novo momento de transformação do espaço geográfico, porém acelerado, seguindo a lógica colonizadora que marca a história socioespacial do Brasil junto a suas desigualdades territoriais. O encontro dos jesuítas com os guarani explicita a tendência a fixação no território, estabelecimento de novas culturas, como a agricultura de excedentes, a criação de gado, e o próprio modelo de projeto urbanístico das reduções, trazido de um pensamento europeu, a praça central, refeitório, escola, prisão, já remetia a uma fragmentação, hoje já estabelecida pela modernidade.

Machado (1998) ao diferenciar fronteira de limite, explica que é com esse desenvolvimento para além da subsistência que o termo fronteira ganha o entendimento de lugares para a comunicação e em seguida adquire a conotação política. Já o limite é definido como coesão de algo, aqui entendido como unidade político territorial. É nesse sentido em que a disputa da Coroa espanhola e portuguesa assimilaram e trataram o território como produto de valor de troca, materializados no Tratado de Madrid, a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões. E em seguida a união das duas coroas que dizimariam os guarani na Guerra Guaranítica, apesar de haver um entendimento de cooperação desenvolvido nas reduções jesuítico-guarani, a intencionalidade política era da dominação tanto do território como de mão de obra, não à toa que esse processo culminou na dizimação de milhares de indígenas guarani - em sua maioria.

Na atualidade temos exemplificações de fronteiras agrícolas como a do monocultivo de soja e cana de açúcar no Brasil, que sugerem sua contínua expansão no Cerrado e na Amazônia, assim como acontece na Mata Atlântica e nos Pampas no Rio Grande do Sul, a expansão e a ideia de *front*, aquilo que está à frente. Diferente das relações que se pretendem na fronteira como política de integração ou boa vizinhança, essas permeiam a defesa do

território de quem ali vive e não vê limite, conflitos de interesses quanto a grandes empreendimentos como é o caso da Itaipu, ou a zona franca do Paraguai, como também as zonas de contrabando, essas que apresentam maior dinâmica e fluxos. Nesse sentido a compreensão desses espaços caracteriza a ideia de modernização que Hissa (1998) apresenta:

A mutação da própria natureza dos limites e das fronteiras é uma resposta às transformações políticas, econômicas e culturais. Quase todas as mudanças estão mais ou menos integradas aos processos de modernização que, progressivamente, estabelecem cenários para a crítica dos próprios limites e para a inserção de ambientes integrados. (HISSA, 1998, p. 37)

É pensando nessa crítica e na possibilidade de integrações binacionais, e apresentando como horizonte a paisagem que revela a contradição da fronteira que esse trabalho foi construído, salientando a diferença de fronteira e limite, onde ambas não correspondem com a ideia das diversas interpenetrações culturais e ambientais que evidenciam continuidades, marginalizadas até o momento que sejam interessantes do ponto de vista econômico. Fronteira e limite são palavras que usualmente utilizamos em nossa rotina para expressar diferentes situações. Desde questões pessoais na vida social, começando por nosso corpo, residência, trabalho, relações com o outro e com a natureza. Para todas as coisas impomos limites, já outras pensamos em superá-las, as fronteiras do conhecimento, da ciência e tecnologia. É perceptível o rompimento de diversas fronteiras, da comunicação e informação, dos meios de transporte, engenharia, medicina, educação. Vivemos em uma sociedade de mudanças e superações que ocorrem de forma acelerada. Porém essas superações não nos deixaram nem perto de acabar com problemas básicos como a fome e a guerra, e com essas, temos inúmeras questões históricas a serem compreendidas através de suas manifestações no presente, assim podemos afirmar a necessidade de um olhar menos verticalizado da realidade, e nos colocarmos para o horizonte, de frente para o outro e para a paisagem.

Nesse sentido, a proposta de pensarmos a fronteira enquanto raia, fornece ferramentas de interpretação que beneficiem os territórios nação para a cooperação binacional, compreendendo as proximidades ambientais, culturais, econômicas, etc. A paisagem assim como a fronteira estão inseridas na realidade tal qual qualquer outro recorte espacial, mas tem como diferencial suas rugosidades históricas sejam elas ambientais, culturais, sociais e políticas de forma didática no encontro ou desencontro da gestão

nacional, provincial e estadual, nesses espaços de encontro de realidades distintas, a raia valoriza então o conjunto socionatural presente nesse espaço de encontro, criando e estabelecendo laços paisagísticos e territoriais em detrimento da valorização da diversidade espacial local, sendo o encontro e o reconhecimento dessas continuidades ponto principal para a cooperação binacional.

É através desses apontamentos que trazemos um quadro explicativo de Bosa (2019) estruturando as principais diferenças conceituais entre fronteira, limite e raia:

Figura 3- Quadro comparativo: fronteira, limite e raia.

<b>Caracteres de comparação</b>	<b>Fronteira</b>	<b>Limite</b>	<b>Raia</b>
Elemento definidor	Elemento jurídico-legal;	Elemento natural e político;	Elemento cultural, natural, econômico; ambiental
Direcionamento geográfico	Orientada para fora do território;	Orientado para dentro do território;	Orientado para dentro e para fora do território;
Natureza do limite ou da ausência dele	Delimitado em torno de um elemento concreto e político;	Marcado em torno principalmente de um elemento natural que se torna político ou de alguma construção que materializa um limite abstrato: o exemplo de um muro.	Sem delimitação clara, não necessariamente precisa de um limite, é marcado por um elo entre territórios;
Das relações sociais	Lócus de tensões sociais amplas, principalmente entre os povos da região onde é demarcada;	Lócus de tensões sociais entre os Estados nacionais envolvidos e seus povos.	Lócus de relações sociais que podem criar um elo entre os territórios;
Das diferenças ou	Apresenta descontinuidade	Demarca artificialmente descontinuidade	Apresenta continuidades,

convergências territoriais	s entre territórios;	s entre territórios;	territoriais e/ou paisagísticas;
Processo de definição	Conflitos históricos,	Convenção social	Integração ou potencialidade para a integração social, econômica, ambiental e política
Determinantes	Determina e espacializa as diferenças entre os povos nos territórios;	Contrapõe e não agrega as diferenças materiais entre os territórios;	Valoriza as semelhanças socionaturais entre os territórios;
Categorização geográfica	Espacial-territorial;	Areal de caráter administrativo	Espacial-territorial-paisagístico;

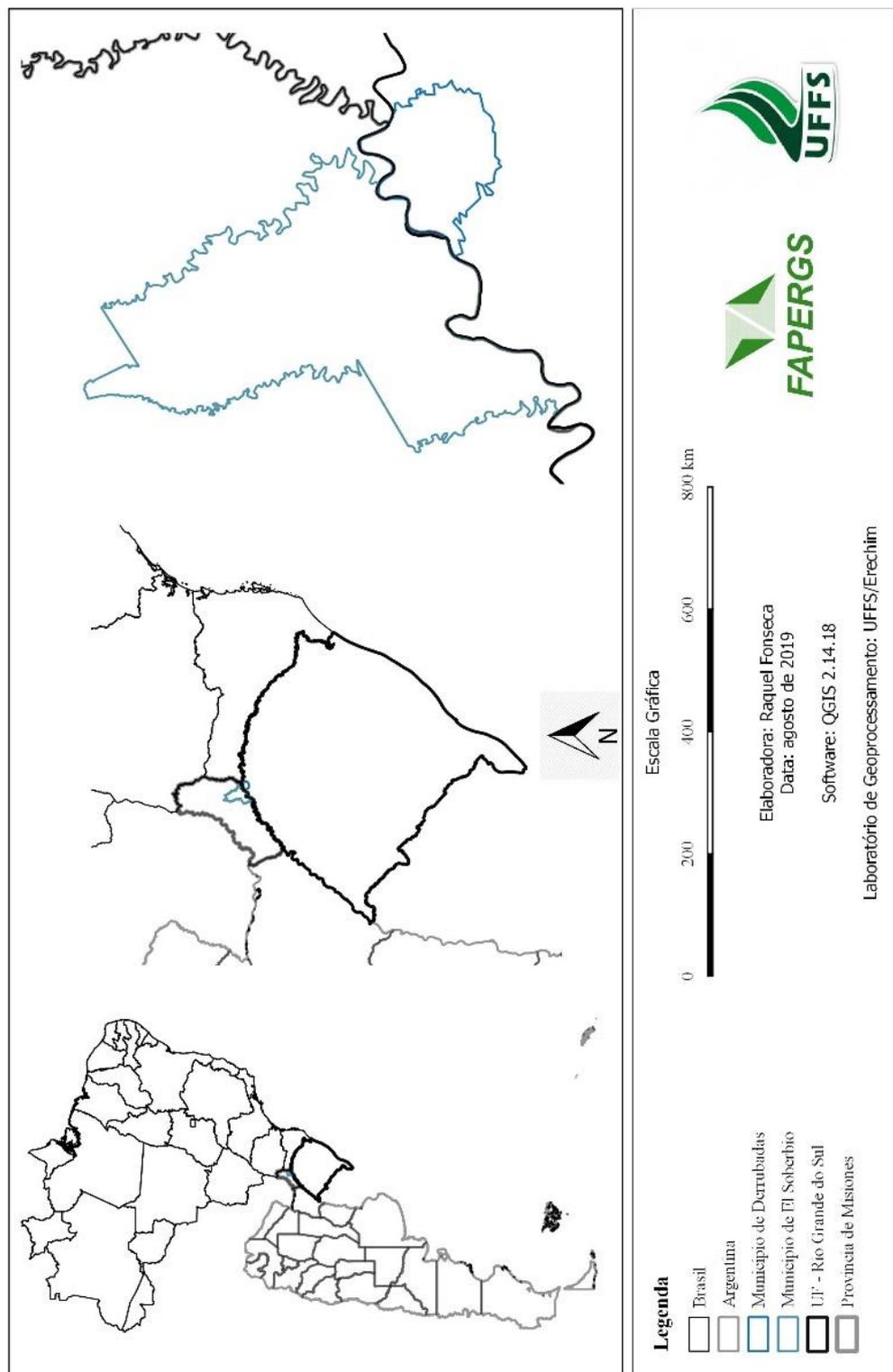
Elaboração: Eliezer Bosa. Baseado em: Souza(2015); Passos(2006); Cataia (2010); Carrion(2008); Machado (1998).

### **3. O caso do Salto do Yucumã e Saltos de Moconá: Derrubadas-RS e El Soberbio-MIS.**

O presente capítulo tratará de apresentar os recortes de pesquisa através de informações, geofotografias e análises em campo. Cada um dos recortes será trabalhado sobre diferentes metodologias, enquanto “O caso do Salto do Yucumã e Saltos de Moconá” será investigado a partir da elaboração de materiais cartográficos e legislações ambientais.

Mapa 1- Mapa de localização da área de estudo

### ÁREA DE ESTUDO: DERRUBADAS-RS-BR e EL SOBERBIO-MIS-ARG, 2019.



### **3.1 Parque Estadual do Turvo – Derrubadas – RS (11/04/2019)**

Para que fosse possível compreender as dinâmicas socioambientais de nosso primeiro recorte e objeto de pesquisa, planejamos nossa ida até os municípios de Derrubadas no Rio Grande do Sul e El Soberbio em Misiones, foram 4 dias de imersão e diálogo com gestão dos parques e secretarias de turismo das cidades. O contato foi estabelecido através dos contatos institucionais via e-mail dos Parques e das Prefeituras Municipais para que houvesse um agendamento prévio. No primeiro dia, chegamos a Derrubadas e nos dirigimos ao Parque Estadual do Turvo onde pudemos conhecer como se dá a organização e gestão, bem como a comunicação com o lado Argentino. No trajeto e chegada ao parque pudemos perceber que a pressão antrópica através do monocultivo fica evidente na paisagem, a delimitação do parque e área de cultivo são vizinhas, causando por vezes problemas quando é utilizado herbicidas nas áreas de cultivo e atingindo a área de mata, resultando em multas para os proprietários. O parque dispõe de uma área de visitas onde encontra-se tanto a história de criação do parque como também animais empalhados que exemplificam parte da biota local. Isto porque a sede é utilizada para momentos de recepção de escolas e educação ambiental. Após a visita, fomos à cidade de Derrubadas, onde fica a secretaria de Turismo, lá pudemos conhecer quais as estratégias para fomentar o turismo local, há pouco tempo o município é responsável pela portaria do parque, conseguindo arrecadar recursos para ações de divulgação e fomento do turismo local, assim como folders e cartilhas explicativas. Passamos a pernoite do dia 11 para 12 de abril na cidade de Tenente Portela onde percebemos que o Salto do Yucumã faz parte de dinâmicas que extrapolam a cidade sede do parque, movimentando a economia de outras cidades fronteiriças através do atrativo do Salto, a Rota do Yucumã faz parte de um planejamento turístico do noroeste do estado, conforme o histórico retirado do site:

O Consórcio Rota do Yucumã, pessoa jurídica de direito público, criada no ano de 2000, tem como objetivo principal promover a conscientização e a educação para o desenvolvimento do turismo sustentável junto à comunidade local. Localizada no noroeste colonial do Rio Grande do Sul, a Rota do Yucumã está inserida numa região de transição entre os campos gerais e as áreas de formação das depressões das encostas do Rio Uruguai, essas características permitem a região apresentar uma grande diversidade de flora e fauna, observadas especialmente no Parque Estadual do Turvo. (TURISMO YUCUMÃ)

Fazem parte da rota o total de 32 municípios e a sede do consórcio encontra-se no município de Três Passos – RS. Para além dos recursos obtidos através do valor da entrada do parque, destinado à prefeitura de Derrubadas, medidas compensatórias de hidrelétricas

fazem parte do maior montante de recursos para manutenção do parque, afinal a barragem da hidrelétrica de Foz de Chapecó no rio Uruguai, na divisa de Santa Catarina com Rio Grande do Sul tem consequência direta na vazão do rio que quando as comportas estão abertas o salto fica coberto e a visibilidade da queda comprometida. Em relação a atividades voltadas à educação é recorrente a visita de escolas da região, apesar do parque não ter um programa oficial de educação ambiental. Foram detectados os seguintes elementos:

- **Pressão antrópica:** por se tratar de uma área residual de mata subtropical de 17 mil hectares, após o avanço da fronteira agrícola e consequente desmatamento para formação das propriedades, o processo de tensionamento entre os rebordos do parque com as propriedades ainda é uma realidade preocupante, relatada pela própria gestão e pela secretaria de turismo. O município de Derrubadas tem seu nome diretamente relacionado com a história do desmatamento. A seguir uma reflexão, em caráter de exemplo, a partir do hino municipal:

Despontando vigor e coragem sedenta  
 Surge radiante na década de trinta. A  
 "Derrubada" em seu trono varonil  
 Desabrocha para o mundo e imigrantes  
 atraíu. Os bravos guerreiros entrelaçaram  
 a história Preservando a cultura em sua  
 memória, Com esforço e trabalho é  
 marcado o plebiscito Em vinte de março  
 é criado o município. Derrubadas me  
 orgulha ser teu filho, com bravura  
  
 Deste solo fecundo, celeiro de fartura.  
 Ostentas o trabalho, lavra, planta e  
 povoa, Nos quatro cantos deste chão, um  
 coro vibrante ecoa. Ó Derrubadas, terra  
 amada! Que refulge ao sorrir das manhãs.  
 Ó Derrubadas, és venerada! És majestosa  
 como o Salto Yucumã. Na estrada do  
 futuro, vamos plantando a semente Que  
 brilhe o sol soberano aos nossos  
 derrubadenses. Nosso Parque Florestal é  
 de beleza exuberante, Com a fauna e a

flora, a natureza é radiante. De nobreza,  
 nosso berço é glorioso e gentil Pelejar é  
 uma virtude nesse céu cor de anil. Na  
 rota do turismo nosso atrativo é o  
 primeiro, O turista se encanta com este  
 povo hospitaleiro. Tens uma maravilha  
 que no mundo não há igual: O nosso  
 Salto Grande, maior queda longitudinal.  
 Ostentas o trabalho, lavra, planta e  
 povoa, Nos quatro cantos deste chão, um  
 coro vibrante ecoa. Ó Derrubadas, terra  
 amada! Que refulge ao sorrir das manhãs.  
 Ó Derrubadas, és venerada! És majestosa  
 como o Salto Yucumã.

(Hino ao município de Derrubadas, letra  
 de Lairton Cansi e Rosinei Cansi. Fonte:  
 Prefeitura Municipal)

Considerado solo fecundo, celeiro de fartura, certamente essa visão resultaria na reminiscência de uma área de floresta e não mais do que os 17 mil hectares que ficaram como testemunho do passado. Ao menos o Salto do Yucumã, já era visto, desde o passado, como um elemento atrativo por sua beleza cênica. Mas, verifica-se aí uma típica visão cartesiana e fragmentada do progresso: a mata é uma componente sistêmica para a preservação do salto. Em si, sem o contexto paisagístico de base naturalista, ele é ameaçado.

- **Agricultura que prejudica o parque, presença de venenos, multas para proprietários:** a atividade econômica deveria acontecer com certa preocupação com os recursos ambientais em sua integralidade. Os relatos da gestão do parque demonstraram que isso não é completamente internalizado pelos proprietários de terras nas áreas de rebordo. A aplicação da legislação de proteção ambiental é punitiva pelo instrumento de multas que são aplicadas. Porém, nem sempre isso resulta numa ação verdadeiramente educativa.

- **Áreas de cultivo de milho e soja:** indicadores da prevalência dos tipos de cultivos no município. A imagem do celeiro, cantada no hino, se concretiza nos dias de hoje.

- **Convênio com a prefeitura para o ecoturismo no parque:** há uma estratégia de ação integrada entre a esfera estadual e municipal nesse aspecto. O ecoturismo pode ser uma

potencialidade para dinamizar a economia local e projetar o potencial ecológico do noroeste gaúcho no próprio estado do Rio Grande do Sul e nos municípios argentinos. Nesse ponto, porém, a travessias mais próxima de Porto Soberbo-El Soberbio não conta com um posto de fiscalização do lado brasileiro, fato que desvia a passagem de argentinos, possíveis visitantes ao Parque do Turvo, que não querem ficar em situação ilegal no Brasil;

- **Desencontros entre a visão da gestão do parque com a gestão do turismo municipal:** a gestão do parque tem uma postura mais preservacionista e a secretaria de turismo mais conservacionista, ou seja, há um certo conflito entre linhas de contemplação da natureza e seu uso como recurso.

- **Recursos do parque predominantemente vem de medidas compensatórias de hidrelétricas:** as hidrelétricas a montante do rio Uruguai interferem diretamente no fluxo nas águas que passam pelo Salto e isso, além de provocar impactos ecossistêmicos, também pode interferir nos fluxos de visitantes, na medida em que, quando há aumento muito significativo de vazão, a vista do salto é afetada.

- **Visitas de escolas no parque:** há recepção de estudantes e professores da rede pública de ensino, de escolas particulares e de universidades. Embora não se tenha um programa oficial de educação ambiental que, inclusive, fomente um trabalho que promova maior envolvimento dos próprios estudantes de Derrubadas com a sua paisagem.

- **O parque não tem projetos de educação ambiental dentro das escolas:** isso está diretamente relacionado com o que foi detectado anteriormente. Não há uma ação conjunta entre setores da educação, do turismo e do meio ambiente. A gestão, com baixos recursos e baixo número de funcionários, não consegue estabelecer tal vínculo capaz de se envolver mais com o próprio município.

- **Tem poucos guarda-parques, apenas dois:** notou-se um encadeamento de causas e consequências a partir deste ponto do diálogo. Com baixo número de funcionários, por consequência, a vigia e segurança do parque também é prejudicada.

- **Patrulha conjunta com comunicação via WhatsApp:** há comunicação entre os guardas brasileiros e argentinos quando da necessidade de algum patrulhamento contra invasores, porém, é uma estratégia que, em função da perda de conexão quando se sai das áreas próximas às sedes, com acesso à conexão wi-fi ou com algum sinal de internet da

empresa de telefonia celular, acaba sendo prejudicada. Há necessidade de aprimorar a comunicação entre os guardas-parque de ambos os lados da divisa internacional.

- **Conselho gestão do Parque com dois representantes do lado argentino:** no Parque Estadual do Turvo isto acontece, porém, no Parque Provincial de Moconá não há representação brasileira. O intento de integrar ações conjuntas que, inclusive, focalizem o corredor ecológico internacional que se estende até Foz do Iguaçu, deve gerar maior integração de gestão nesse aspecto para que a ação conjunta de conservação ecológica internacional se torne uma realidade;

- **A paisagem do salto e da mata é nossa, mas, o território é argentino:** há uma dialética território-paisagem na fronteira. O território argentino abriga 221 mil hectares de mata enquanto o brasileiro apenas 17 mil. No entanto, a imponência cênica do Yucumã é um privilégio brasileiro. Assim, a paisagem brasileira é feita pelo território argentino, enquanto, na paisagem argentina, o território brasileiro não é tão generoso! Independentemente de quaisquer benefícios ou malefícios nesse sentido, o fato é que ali se tem um verdadeiro patrimônio internacional, raiano, que deve ser foco de políticas e estratégias de gestão solidárias!

### **3.2 Escritório de turismo de El Soberbio - Misiones (12/04/2019)**

- **Ausência do posto de controle policial do lado brasileiro. Quais implicações políticas e econômicas disso?** Em diálogo com os representantes do setor de turismo da municipalidade de El Soberbio, uma das maiores ausências referidas é a falta desse posto de controle, que acaba por desviar fluxos de argentinos para Porto Xavier. Isso acarreta menos turistas que poderiam dedicar uma parte de seu tempo de viagem em busca do litoral brasileiro para uma parada em Derrubadas.

- **Diálogo com o diretor de turismo:** Programa de parceria entre Ministério da Ecologia e Ministério da Educação. A direção de turismo no lado argentino está mais bem integrada com instâncias superiores, em nível provincial. Há uma ação conjunta com as escolas que promovem projetos de educação ambiental, valorizando as potencialidades ecológicas dos Saltos de Moconá, do rio Uruguay e as ações de limpeza do rio, cujos resíduos coletados são levados às escolas para pesagem e programas de conscientização.

- **Limpeza do Rio Uruguai:** iniciativa brasileira que os argentinos aderiram e deram continuidade. Eles ficam com os resíduos coletados para reciclagem e envolvem 40 escolas do município em projeto de educação ambiental.

- **Infraestrutura do Parque muito mais qualificada do lado argentino:** acesso, placas de indicação, mirantes, atendimento com monitores, restaurante, estacionamentos, passeios, visitas guiadas, salão com exposição da biodiversidade de plantas e animais da mata e dos rios e trilhas.

### 3.3 Geo-foto-grafia raiana

Aqui propomos uma abordagem do material fotográfico compreendendo esse em sua significância para os temas tratados no decorrer desse trabalho, as relações entre sociedade e natureza, compreende-se que a fotografia das paisagens são quadros definidos por aquele(a) que a registra, ou seja, é guardado ali a intencionalidade daquilo que se quer demonstrar, assim, a geo-foto-grafia a partir do enquadramento teórico proposto traz consigo um complemento para a leitura dessas realidades raianas, compreendendo o conjunto de análises a fotografia nos auxilia a compreender essas relações materializadas sobre o espaço geográfico. Passos (2013) aponta sobre o trabalho do geógrafo e a ferramenta da fotografia nesse contexto:

As fotografias de paisagem tomadas sobre o terreno, por exemplo, representam indiscutivelmente uma paisagem real, mas não são menos fortemente dependentes da reflexão dirigida sobre esta paisagem. A escolha do terreno fotografado, as condições da tomada da foto (distância, época etc.), tudo é determinado em função de uma vontade precisa de análise e de demonstração. (PASSOS, p. 202, 2013)

A seguir teremos alguns desses registros geo-foto-gráficos dos parques e das realidades circunscritas nos municípios lindeiros, assim como a retomada desses registros e discussão no capítulo voltado as Missões Jesuíticas Guarani. As fotografias desse trabalho foram realizadas em campo e buscam conforme Passos (2013) “explicitar como o processo de ocupação do território se materializou na paisagem”, ou seja, apresentar a partir das análises in loco e na construção teórica desse trabalho explicitar o processo e os objetivos propostos.

Figura 4- Criação do Parque Estadual do Turvo



Data da inauguração do centro de visitantes do Parque Estadual do Turvo (PET). Fonte: trabalho de campo, 2019.



Imagem obtida no Centro de Visitantes do PET. O que chamou atenção foi o intervalo de 45 anos entre a data de inauguração da estrada para o Salto, conforme fotografia acima, e a data de inauguração do centro de visitantes, em 2012, conforme a fotografia anterior. Um tempo significativo em termos do quanto foi/é necessário para se investir no PET e no seu próprio significado enquanto bem público. Na foto abaixo, conta-se 12 guardas florestais em 1974, hoje, há dois no PET. Fonte: trabalho de campo, 2019.



Figura 5- Salão de educação ambiental - PET



Figura 6- Salão de educação ambiental: animais empalhados



O centro de visitantes do PET conta com um espaço dedicado à educação ambiental, porém, é preciso que haja maior envolvimento entre iniciativas do setor de educação com o parque que, por sua vez, ainda não tem recursos para levar projetos para as escolas do município. Fonte das fotos: trabalho de campo, 2019.

Figura 7- Entorno do PET



A pressão antrópica pode ser percebida pela zona de tensão entre as propriedades e o rebordo do parque. Esta foto foi tirada bem próximo à entrada do PET, à esquerda, a vegetação já pertence à unidade de conservação.

Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 8- Trilha de acesso: Salto do Yucumã



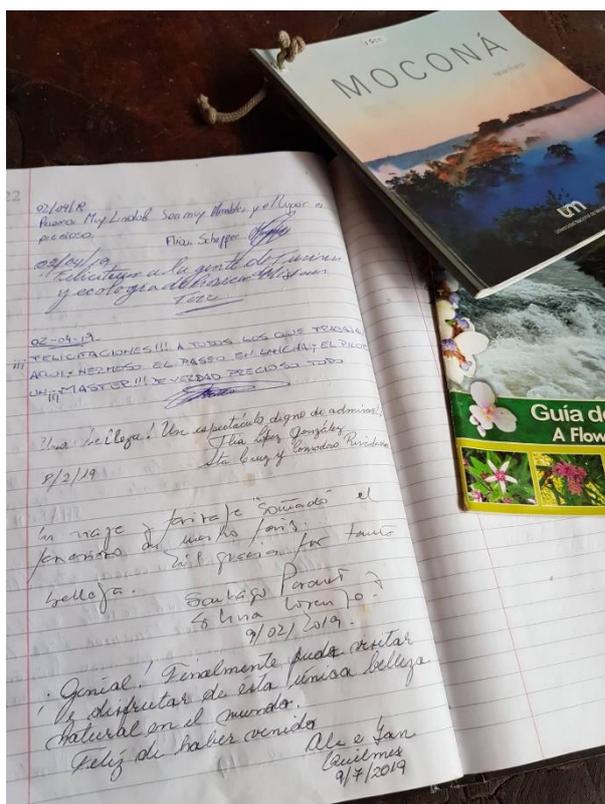
Em contraponto à diversidade de trilhas na porção argentina, no PET a única trilha é aquela que nos leva até o Salto. Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 9- Mirante lado Argentino: trajeto até o Salto del Moconá



Pela configuração do relevo, é possível ter dimensão da magnitude da floresta na porção argentina. Aqui, parte da Reserva de la Biosfera Yabotí a caminho da sede do Parque Provincial de Moconá. A foto foi tirada de um dos vários mirantes durante o trajeto, o que também exemplifica um pouco das diferenças do ponto de vista de implantação de estruturas turísticas entre os lados de lá e de cá. Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 10- Livro de visitação - Salto del Moconá



Caderno de registro de visitantes à sede do PPSM. Nele se verifica o apreço por meio de expressões como “Felicitações ao pessoal do turismo e ecologia de Misiones”, “Uma beleza, um espetáculo digno de admiração”, “Finalmente pude desfrutar desta única beleza natural no mundo”, entre outras. Registros que demonstram o potencial atrativo que pode ser usado como meio para potencializar relações de cooperação turística e ecológica entre as nações e promover o desenvolvimento local/regional. Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 11 - Ação de limpeza do Rio Uruguai



A ação de limpeza do rio Uruguai reúne argentinos e brasileiros em nome de um bem comum. Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de participar desta ação organizada pela secretaria turismo de El Soberbio

em parceria com o Ministério da Ecologia de Misiones. Os cidadãos se reúnem com suas lanchas particulares ou da guarda e saem fazendo a coleta dos resíduos por diferentes segmentos do rio.

Figura 12 - Confraternização Raiana após a ação de limpeza do Rio Uruguai



Ao final da ação, todos se reúnem em um grande almoço compartilhado como uma forma de celebração internacional em nome da manutenção de um rio que une estrangeiros.

Figura 13- Paisagem brasileira para o lado Argentina



A imponência cênica do Salto do Yucumã é uma espécie de “privilégio” do observador em terra brasileira. Uma interessante dialética território-paisagem se mostra aqui: a paisagem é brasileira, mas, o território é argentino!  
Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 14- Abertura Paisagística do lado Argentino para o Brasileiro



Pela configuração geomorfológica, a paisagem argentina não abarca a vista para o Salto, de modo que é preciso fazer uma volta de lancha para conseguir observá-lo desde o Parque Provincial. Independentemente de quaisquer benefícios ou malefícios nesse sentido, o fato é que ali se tem um verdadeiro patrimônio internacional, raiano, que deve ser foco de políticas e estratégias de gestão solidárias!  
Fonte: trabalho de campo, 2019.

### 3.4 Carta imagem e cartas de uso da terra

Para a elaboração da carta imagem foi utilizado o programa Google Earth Pro indentificando a área de estudo e as bases vetoriais de cada município, e o layout foi elaborado no software QGIS. A carta não passou por nenhum tratamento, servindo apenas para dimensionarmos a amplitude dos municípios e a proporção de área que cada um abarca da reserva Yaboti e Parque Estadual do Turvo. O Salto de Moconá é uma das áreas que compõe a reserva do lado argentino que se estende até a tríplice fronteira entre Paraguai e Brasil. A elaboração das cartas multitemporais de uso da terra foram elaboradas no laboratório de geoprocessamento da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim com o auxílio do Técnico Bruno Zucuni Prina. A escolha das imagens de satélite seguiu duas metodologias sendo, a época do ano, visto que o cultivo de milho e soja é forte na região e são agriculturas de verão conforme o Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai:

As regiões de latossolos e terra roxa estruturada (trecho alto da Bacia: Uruguai Nacional e parte do Uruguai Médio), que representam cerca de 20% da área total da Bacia, com ótimas propriedades físicas, mas de alta acidez, vêm sendo praticamente todas utilizadas com agricultura de verão (soja e milho) e de inverno (trigo e aveia), empregando-se calcário como corretivo. (FGV apud RIO GRANDE DO SUL, 1998, p. 77)

Como a época de colheita dessas culturas são no mês de fevereiro as imagens de satélite facilitaram o processo de classificação digital, distinguindo as áreas de lavouras das de área descoberta conforme a classificação do IBGE (2013), a segunda metodologia confere a busca de imagens de satélite que apresentassem o mínimo possível de interferência atmosférica para que não houvesse no processo de classificação pixel a pixel erros na matriz de confusão, dessa forma as imagens selecionadas foram fevereiro de 1993 e 2002 pela biblioteca online do IBGE do satélite LandSat 5 e a imagem de fevereiro de 2018 pela biblioteca da USGS – United States Geological Survey do satélite LandSat 8.

A partir da elaboração das cartas de uso da terra é possível perceber alterações na paisagem conforme visto em campo, como é o caso da pressão antrópica no entorno do Parque Estadual do Turvo, com um crescente para as lavouras. Já em El Soberbio é perceptível o aumento de áreas descobertas e silvicultura e a expansão dessas para dentro da reserva, abaixo apresentamos tabelas de expansão ou encolhimento dessas áreas em

porcentagem resultado da elaboração pixel a pixel pelo ArqGis para melhor visualizar a expansão dessas áreas e as respectivas cartas.

A grande diferença, do ponto de vista do tamanho da área de preservação, é um indicador do modo como os processos históricos de ocupação territorial ocorreram e foram responsáveis pelas ações de desmatamento, conforme o avanço das frentes pioneiras. Contudo, destaca-se a necessidade de realizar estudos mais detalhados a respeito dos processos que estão envolvidos no estabelecimento e manutenção dos parques, seus enquadramentos nas respectivas políticas ambientais e a atuação da gestão pública na escala estadual, provincial, municipal, departamental e nacional.

No entanto, resta salientar que, por meio de análises prévias, nota-se a atual pressão antrópica sobre essas Unidades de Conservação. Nas cartas a seguir, destacam-se claramente os perímetros das UCs nos municípios. Uma dinâmica que chama atenção é a significativa evolução do desmatamento na porção sudoeste da área de estudo desde o ano de 1993, na faixa argentina. Muito embora não se perceba grandes interferências na porção correspondente ao Parque Estadual do Turvo, vale dizer que, por meio de visita a campo, foi possível coletar informações junto à gestão do parque que apontaram para pressão antrópica motivada por uso de defensivos agrícolas e eventual envenenamento de espécies nas áreas de rebordo. Nesse aspecto, as cartas de uso da terra já evidenciam significativa presença de áreas de lavoura do lado brasileiro associada ao problema mencionado pela gestão do parque.

Figura 15- Carta imagem da área de estudo

**CARTA IMAGEM DE ÁREA DE ESTUDO:  
DERRUBADAS - RS - BR e EL SOBERBIO - MIS -  
ARG, 2019.**



Escala Gráfica

0 50 100 150 200 km

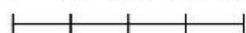
**Legenda**

Imagem de Satélite - Google Earth

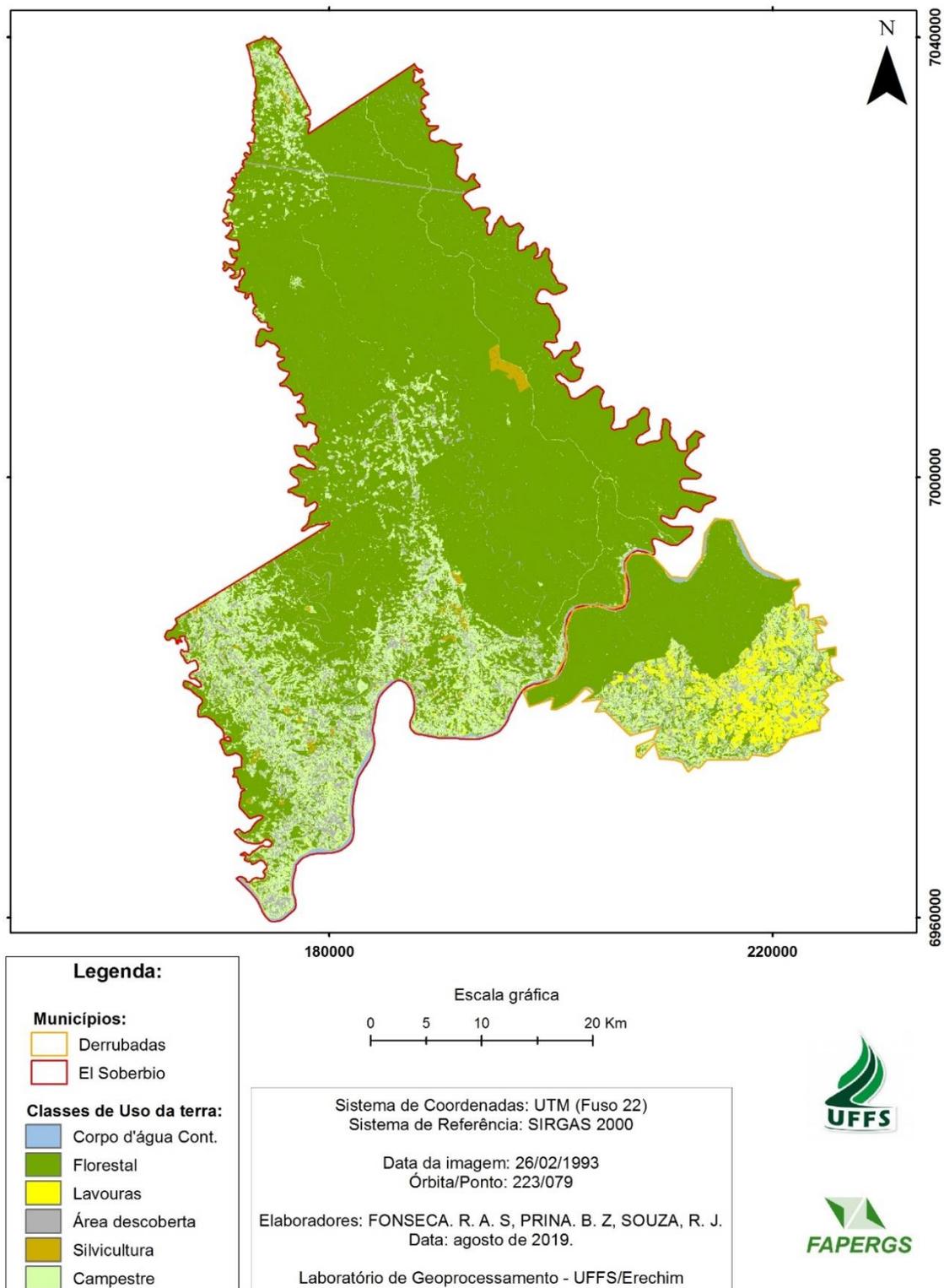
 Município - Derrubadas/RS Município - El Soberbio/Mis.Elaboradora: Raquel Fonseca  
Data: agosto de 2019.

Software: QGIS 2.14.18

Laboratório de Geoprocessamento:  
UFFS/Erechim

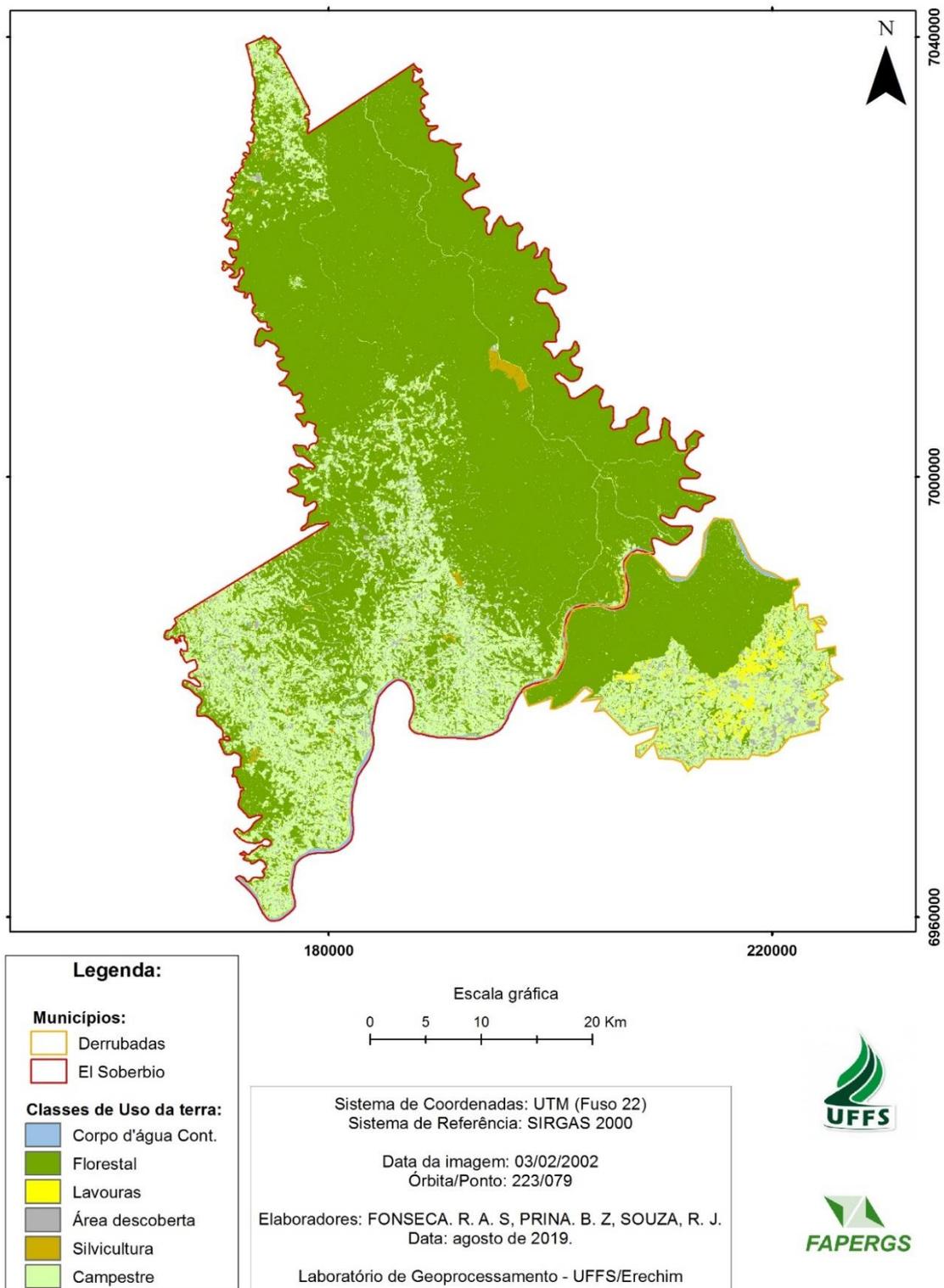
Mapa 2 - Carta de Uso da Terra de, 1993

### Derrubadas (BRA) - El Soberbio (ARG): Carta de Uso da Terra de 1993.



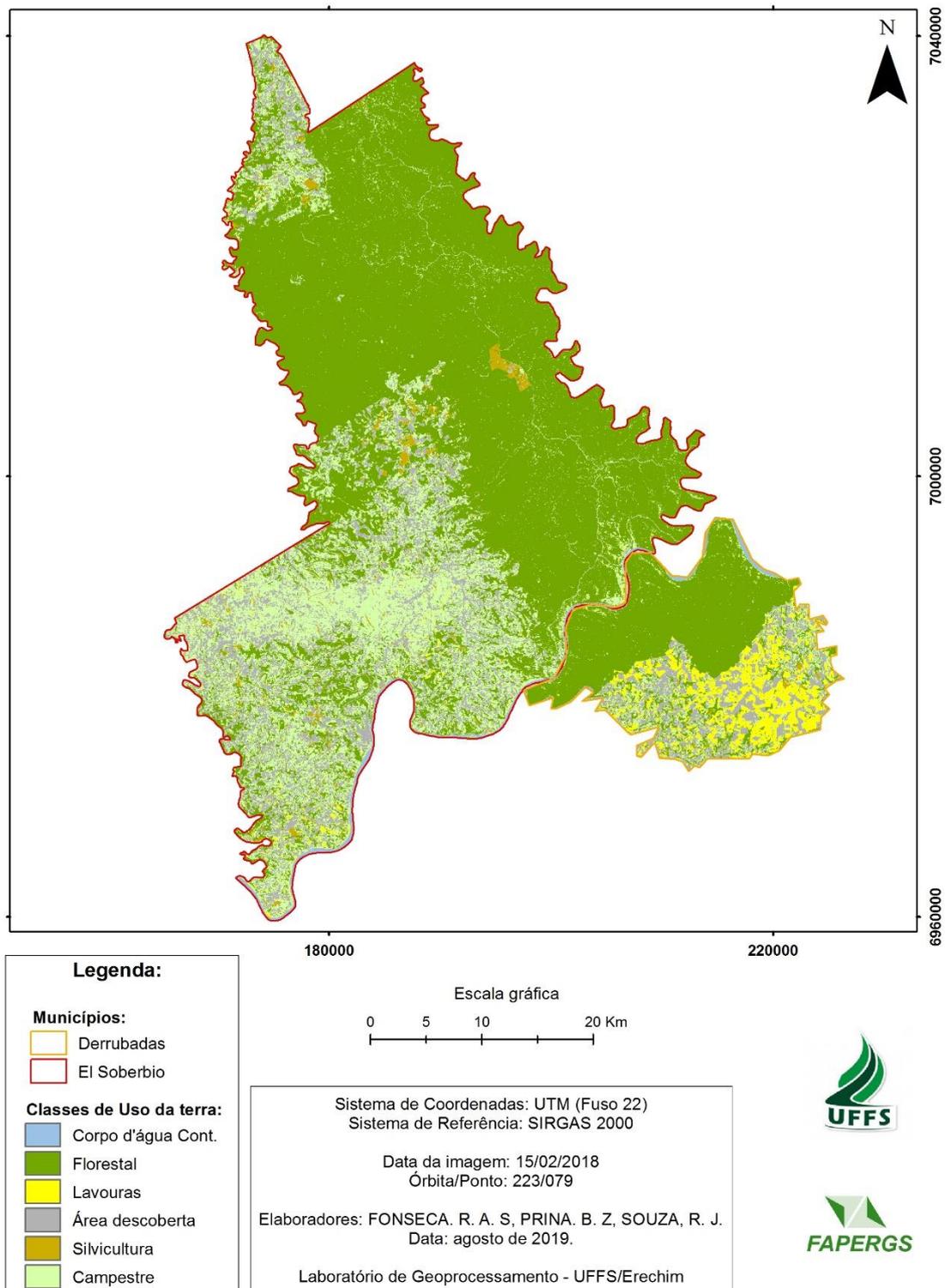
Mapa 3- Carta de Uso da Terra de 2002

**Derrubadas (BRA) - El Soberbio (ARG):  
Carta de Uso da Terra de 2002.**



Mapa 4- Carta de Uso da Terra de 2018

### Derrubadas (BRA) - El Soberbio (ARG): Carta de Uso da Terra de 2018.



### 3.5 Legislações Ambientais: Brasil e Argentina.

Nessa etapa da pesquisa teve-se como propósito o estudo de legislações ambientais do Brasil e Argentina, afim de no recorte espacial de ambos os parques e as respectivas cidades que dão acesso a esses, compreender quais são as aproximações legislativas na administração dos recursos naturais, e consequentes transformações dessas Paisagens, bem como nas relações socionaturais através das fontes econômicas no espaço rural entre a cidade de Derrubadas até o Parque Estadual do Turvo e da cidade de El Soberbio até o Salto de Moconá, cidades essas que materializam a vida raiana tendo em comum a questão ambiental, dos respectivos Parques que compõe um mesmo ecossistema e do Rio Uruguai que marca o limite binacional de Estados Nação.

No decorrer da leitura e análise das legislações percebemos que há uma distinção principal entre a elaboração dessas em cada país, enquanto a formulação brasileira apresenta uma maior abrangência e especificidade na regulação do território bem como os órgãos responsáveis em cada esfera, municipal, estadual e federal, assim como normativas para áreas públicas e privadas, os documentos argentinos são mais sucintos e apresentam no geral os princípios ou fundamentos que regem cada modalidade apresentada aqui, ficando a cargo das províncias e demais órgãos a especificidades da regulação e controle do território argentino.

Para isso foi elaborado três tabelas comparativas das legislações do Brasil e Argentina, tendo como recorte de análise o Salto do Yucumã e Saltos de Moconá, selecionando os artigos e incisos que interessam a essa etapa da pesquisa e as temáticas trabalhadas anteriormente, seguindo três eixos respectivamente:

1. Código Florestal – BR e Ley General Del Ambiente – AR;
2. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza SNUC – BR e Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de Los Bosques – AR;
3. Plano Nacional de Recursos Hídricos – BR e Regimen de Gestion Ambiental de Aguas – AR.

Código Florestal - BR	Ley General del Ambiente - AR
-----------------------	-------------------------------

<p>Artigo 1º; II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;</p>	<p>Artículo 4º; La interpretación y aplicación de la presente ley, y de toda otra norma a través de la cual se ejecute la política Ambiental, estarán sujetas al cumplimiento de los siguientes principios:</p> <p>Principio de solidaridad: La Nación y los Estados provinciales serán responsables de la prevención y mitigación de los efectos ambientales transfronterizos adversos de su propio accionar, así como de la minimización de los riesgos ambientales sobre los sistemas ecológicos compartidos.</p> <p>Principio de cooperación: Los recursos naturales y los sistemas ecológicos compartidos serán utilizados en forma equitativa y racional. El tratamiento y mitigación de las emergencias ambientales de efectos transfronterizos serán desarrollados en forma conjunta.-</p>
<p>Seção III, Artigo 66º; § 7o A definição de áreas prioritárias de que trata o § 6 o buscará favorecer, entre outros, a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas, a criação de corredores ecológicos, a conservação de grandes áreas protegidas e a conservação ou recuperação de ecossistemas ou espécies ameaçados.</p>	<p>Artículo 7º; - La aplicación de esta ley corresponde a los tribunales ordinarios según corresponda por el territorio, la materia, o las personas. - En los casos que el acto, omisión o situación generada provoque efectivamente degradación o contaminación en recursos ambientales interjurisdiccionales, la competencia será federal.-</p>

Enquanto a legislação Brasileira apresenta definições voltadas a sustentabilidade e a importância econômica de ambientes tanto de conservação ambiental como da agropecuária, na legislação Argentina temos alguns pressupostos voltados a cooperação transfronteiriça do país no entendimento interno da continuidade de ecossistemas. Dois pontos interessantes no Artigo 66º para a recuperação de bacias hidrográficas e criação de corredores ecológicos, situação presente no Salto do Yucumá e Salto de Moconá.

Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza SNUC – BR	Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de Los Bosques – AR
<p><b>Artigo 2º;</b> II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;</p> <p>VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;</p> <p>XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;</p> <p>XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.</p>	<p>Artículo 2º; A los fines de la presente ley, considéranse bosques nativos a los ecosistemas forestales naturales compuestos predominantemente por especies arbóreas nativas maduras, con diversas especies de flora y fauna asociadas, en conjunto con el medio que las rodea — suelo, subsuelo, atmósfera, clima, recursos hídricos—, conformando una trama interdependiente con características propias y múltiples funciones, que en su estado natural le otorgan al sistema una condición de equilibrio dinámico y que brinda diversos servicios ambientales a la sociedad, además de los diversos recursos naturales con posibilidad de utilización económica.</p>

<p>Artigo 4º; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;</p> <p>VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;</p> <p>X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental</p> <p>XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;</p>	<p>Artículo 5º; Entre otros, los principales servicios ambientales que los bosques nativos brindan a la sociedad son: - Regulación hídrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservación de la biodiversidad;</li> <li>- Conservación del suelo y de calidad del agua;</li> <li>- Fijación de emisiones de gases con efecto invernadero; - Contribución a la diversificación y belleza del paisaje;</li> <li>- Defensa de la identidad cultural.</li> </ul>
<p>Artigo 5º; XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.</p>	<p>Artículo 12º; ) Brindar a las Autoridades de Aplicación de las distintas jurisdicciones, las capacidades técnicas para formular, monitorear, fiscalizar y evaluar los Planes de Manejo Sostenible de los Bosques Nativos existentes en su territorio, de acuerdo a los criterios de sustentabilidad establecidos en el Anexo. Esta asistencia estará dirigida a mejorar la capacidad del personal técnico y auxiliar, mejorar el equipamiento de campo y gabinete y el acceso a nuevas tecnologías de control y seguimiento, promover la cooperación y uniformización de información entre instituciones equivalentes de las diferentes jurisdicciones entre sí y con la Autoridad Nacional de Aplicación.</p>
<p>Artigo 7º ; I - Unidades de Proteção Integral; § 1 o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus</p>	<p>Artículo 19º; Todo proyecto de desmonte o manejo sostenible de bosques nativos deberá reconocer y respetar los derechos de las comunidades indígenas</p>

<p>recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.</p>	<p>originarias del país que tradicionalmente ocupen esas tierras.</p>
<p>Artigo 11º; O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.</p> <p>§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.</p> <p>§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.</p> <p>§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.</p> <p>§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.</p>	<p>Artículo 22º; La evaluación de impacto ambiental será obligatoria para el desmonte. Para el manejo sostenible lo será cuando tenga el potencial de causar impactos ambientales significativos, entendiéndose como tales aquellos que pudieran generar o presentar al menos uno de los siguientes efectos, características o circunstancias:</p> <p>a) Efectos adversos significativos sobre la cantidad y calidad de los recursos naturales renovables, incluidos el suelo, el agua y el aire;</p> <p>b) Reasentamiento de comunidades humanas, o alteraciones significativas de los sistemas de vida y costumbres de grupos humanos;</p> <p>c) Localización próxima a población, recursos y áreas protegidas susceptibles de ser afectados, así como el valor ambiental del territorio en que se pretende ejecutar el proyecto o actividad;</p> <p>d) Alteración significativa, en términos de magnitud o duración, del valor paisajístico o turístico de una zona;</p> <p>e) Alteración de monumentos, sitios con valor antropológico, arqueológico, histórico y, en general, los pertenecientes al patrimonio cultural</p>
<p>Artigo 26º ; Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo</p>	<p>Artículo 30 e 31; Créase el Fondo Nacional para el Enriquecimiento y la Conservación de los Bosques Nativos, con el objeto de compensar a las jurisdicciones que conservan los bosques nativos, por los</p>

<p>um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.</p>	<p>servicios ambientales que éstos brindan. El Fondo estará integrado por:</p> <p>a) Las partidas presupuestarias que le sean anualmente asignadas a fin de dar cumplimiento a la presente ley, las que no podrán ser inferiores al 0,3% del presupuesto nacional;</p> <p>b) El dos por ciento (2%) del total de las retenciones a las exportaciones de productos primarios y secundarios provenientes de la agricultura, ganadería y sector forestal, correspondientes al año anterior del ejercicio en consideración;</p> <p>c) Los préstamos y/o subsidios que específicamente sean otorgados por Organismos Nacionales e Internacionales;</p> <p>d) Donaciones y legados;</p> <p>e) Todo otro aporte destinado al cumplimiento de programas a cargo del Fondo;</p> <p>f) El producido de la venta de publicaciones o de otro tipo de servicios relacionados con el sector forestal;</p>
<p>Artigo 41º; A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.(Regulamento)</p> <p>§ 1o A Reserva da Biosfera é constituída por:</p>	<p>Artículo 24º;</p> <p>e) Descripción del ambiente en que desarrollará el proyecto: definición del área de influencia, estado de situación del medio natural y antrópico, con especial referencia a situación actualizada de pueblos indígenas, originarios o comunidades campesinas que habitan la zona, los componentes físicos, biológicos, sociales, económicos y culturales; su dinámica e interacciones; los problemas ambientales y los valores patrimoniales. Marco legal e institucional;</p>

<p>I - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;</p> <p>II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e</p> <p>III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.</p> <p>§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.</p> <p>§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.</p> <p>§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.</p> <p>§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera – MAB", estabelecido pela Unesco, organização da qual o Brasil é membro</p>	
--	--

A paisagem e a beleza cênica são pontos aparentes nas duas legislações, assim como a participação de diferentes esferas do poder público, esfera privada e sociedade civil na

administração das reservas. A legislação argentina nos traz com mais evidência os diferentes sujeitos que participam dessa área, como indígenas, campesinos, e o acompanhamento dessas áreas e seus problemas ambientais. No documento Brasileiro é salientado o que é uma Reserva de Biosfera reconhecido pela UNESCO e quais são os pressupostos, apesar de o Brasil estar em contato com uma reserva argentina, e de importância significativa na sua manutenção, a área de amortecimento prevista no documento não é realidade.

Plano Nacional de Recursos Hídricos – BR	Regimen de Gestion Ambiental de Aguas – AR.
Capítulo I – dos fundamentos  VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.	Artículo 4°  Créanse, para las cuencas interjurisdiccionales, los comités de cuencas hídricas con la misión de asesorar a la autoridad competente en materia de recursos hídricos y colaborar en la gestión ambientalmente sustentable de las cuencas hídricas. La competencia geográfica de cada comité de cuenca hídrica podrá emplear categorías menores o mayores de la cuenca, agrupando o subdividiendo las mismas en unidades ambientalmente coherentes a efectos de una mejor distribución geográfica de los organismos y de sus responsabilidades respectivas.
Capítulo II – dos objetivos  III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.	Artículo 6°  Para utilizar las aguas objeto de esta ley, se deberá contar con el permiso de la autoridad competente. En el caso de las cuencas interjurisdiccionales, cuando el impacto ambiental sobre alguna de las otras jurisdicciones sea significativo, será vinculante la aprobación de dicha utilización por el Comité de Cuenca correspondiente, el que estará facultado para este acto por las distintas jurisdicciones que lo componen.
Capítulo III – das diretrizes gerais de ação	Artículo 8°

<p>II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;</p>	<p>La autoridad nacional podrá, a pedido de la autoridad jurisdiccional competente, declarar zona crítica de protección especial a determinadas cuencas, acuíferas, áreas o masas de agua por sus características naturales o de interés ambiental.</p>
<p>Seção III – da outorga de direitos de uso de recursos hídricos</p> <p>Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:</p> <p>IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;</p>	
<p>Capítulo VI – da ação do poder público</p> <p>IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.</p>	
<p>Capítulo III – dos comitês de bacia hidrográfica</p> <p>§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.</p>	

Ao que se refere aos recursos hídricos pudemos perceber em campo da ação de limpeza do rio Uruguai uma situação corriqueira que é a retirada de resíduos que seguem da montante do rio na divisa interestadual de Santa Catarina e Rio Grande do Sul até a divisa Brasil e Argentina, ficando claro o caráter sistêmico das bacias, os parques enquanto áreas de conservação da natureza não se eximem das interferências externas a essas áreas, ora, o

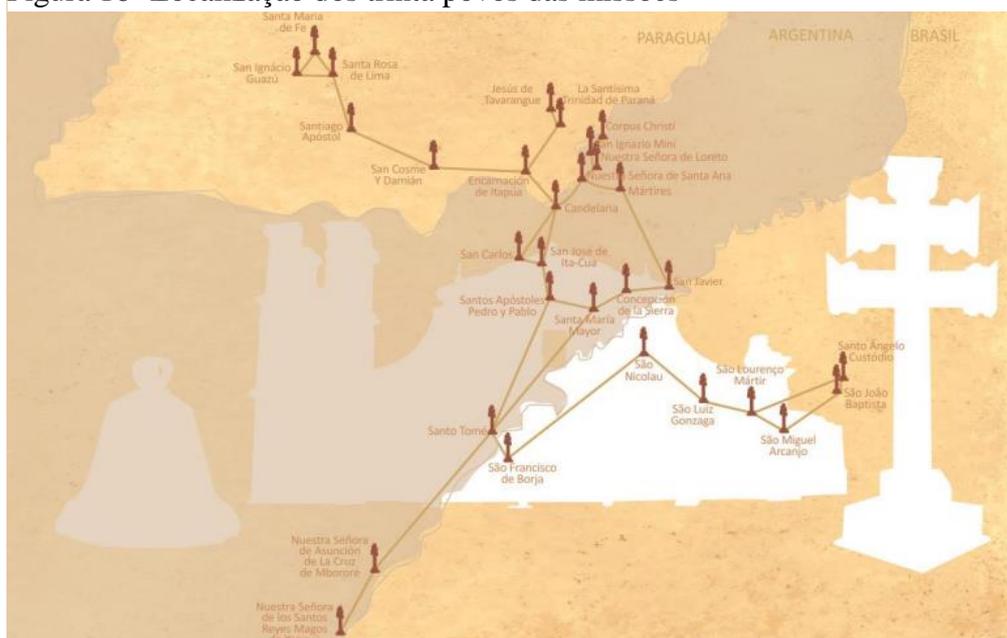
curso das águas seguem seu fluxo e carregam consigo as relações sociedade e natureza para além de uma delimitação para a preservação. Nas duas legislações são previstos comitês das bacias que auxiliam na gestão das águas, assim como no capítulo VI a integração da gestão ambiental e hídrica, aqui percebemos a necessidade de percebermos a natureza em sua dimensão extra limites fronteiriços, estaduais e dos parques, ações como a de limpeza do rio Uruguai são representativas enquanto esforço local para a educação ambiental, mas ainda é preciso um esforço por parte das jurisdições na compreensão dessas continuidades para que essa não seja uma ação paliativa, que necessite de constante atenção, mas de uma mudança e integração de políticas que visem o entendimento sistêmico da natureza.

Assim, seguiremos para o próximo capítulo, onde trataremos do caso das Missões Jesuíticas Guarani, abordando a questão cultural como ponto chave nas relações fronteiriças/raianas, compreendendo essa enquanto resultado das diferentes relações sociedade e natureza nos territórios nacionais e a situação da população indígena guarani enquanto protagonistas dessa história marcada na paisagem, assim como os diferentes conflitos que se sobrepõe na contemporaneidade.

#### 4. O caso das Missões Jesuíticas Guarani: São Miguel das Missões – RS, San Ignacio Mini – MIS, Santísima Trinidad del Paraná – PY.

Os trinta povos das Missões Jesuíticas Guarani, fazem parte de um segundo ciclo de colonização de territórios e catequização dos indígenas guarani, sendo sete no Rio Grande do Sul, quinze na Argentina e treze no Paraguai. O processo de tombamento e reconhecimento dessas reduções datam do século XX, e na atualidade são o ponto forte da economia local, voltada ao turismo através de hotéis, pousadas e resorts, restaurantes e lojas de artesanato e souvenir. Bem como pacotes de viagens para a Rota das Missões, que no Rio Grande do Sul fazem parte vinte e seis municípios, na Argentina são oferecidos grupos guiados para caminhadas de até 400 km com paradas em pontos simbólicos para pernoite e alimentação, tendo Posadas capital de Misiones como ponto inicial e final dos trajetos. Para a seguinte contextualização da espacialidade das reduções que tratamos nessa pesquisa, abordaremos nas imagens a seguir dois aspectos, o primeiro é a espacialidade que abarca as ruínas das reduções dos trinta povos no Brasil, Argentina e Paraguai, retirado da tese de Soster (2014) e para cada umas das três reduções trabalhadas nesse trabalho a localização dos municípios que as sediam, e as tekoa's - lugar de viver - dos guarani, no entorno das cidades, afim de trazer um breve panorama e paralelo do uso da terra que pode ter influenciado na fixação de seus tekoa.

Figura 16- Localização dos trinta povos das missões



Fonte: Soster, Sandra Schmitt. Missões Jesuíticas como Sistema orientadora Anja Pratschke. São Carlos, 2014.

#### 4.1 São Miguel das Missões – Rio Grande do Sul – Brasil

Em setembro de 2020 o sítio de São Miguel do Arcanjo foi reaberto, com isso conseguimos realizar o campo da pesquisa que havia sido planejado para o início do ano, mas foi impossibilitado devido a pandemia de covid 19. Diante da necessidade de finalizar essa etapa da pesquisa e a necessária experiência em campo, afim de compreender melhor as dinâmicas locais, decidimos realizar o campo mas nesse momento apenas com a visita à parte brasileira, com todas as medidas de segurança. Agendamos uma visita guiada pelo sítio arqueológico para o primeiro dia, e pela noite assistimos ao espetáculo “Som e Luz” principal atrativo turístico teve sua primeira apresentação em 12 de outubro de 1978, escrito por Henrique Grazziotin Gazzana, trata-se de uma peça gravada apenas com as vozes que trazem narrativas dos diferentes personagens que fizeram parte das missões antes e depois da guerra guaraníca, o espetáculo que inicia com todas as luzes apagadas promove ao espectador uma imersão há um tempo passado, logo as luzes que passeiam e trazem enfoques diferentes para cada pedaço das ruínas fazem a dramaticidade dos episódios ocorridos ganharem a imaginação dos turistas. Narrada por artistas nacionais de reconhecimento internacional fizeram parte: Fernanda Montenegro, Lima Barreto, Paulo Gracindo, Juca de Oliveira,

Figura 17- Outdoor: Espetáculo Som e Luz



Legenda: Outdoor do espetáculo “som e luz”, principal atrativo turístico de São Miguel das Missões, narrado por artistas como Fernanda Montenegro e Lima Barreto, foi criado em 1978 com texto e roteiro de Henrique Grazziotin Gazzana. As exibições em português são diárias, e agora contam com as versões em inglês e espanhol em dias específicos da semana. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

Rolando Boldrin, Maria Fernanda e Armando Bógus.

Figura 18 - Ruínas São Miguel do Arcanjo



Legenda: Parte da frente da principal ruína, onde acontece o show de som e luz e cartão postal turístico, construída pelos guarani e projetada pelo arquiteto jesuíta italiano, Gian Battista Primoli, inspirado na Igreja de Gesù em Roma. Abaixo a parte interna da Igreja. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

Figura 19 - Parte interna da Ruína São Miguel do Arcanjo



Figura 20- Pórtico de acesso a cidade de São Miguel das Missões



Figura 21- Detalhes do Pórtico



Legenda: Ao lado esquerdo temos a representação de um indígena guarani revisando a história, ao lado direito uma indígena guarani com uma criança no colo apontando para o céu. E no centro o anjo São Miguel de Arcanjo que representa as crenças dos padres jesuítas, bem como a criação de uma sociedade cristã europeia sem vícios e maldades. A frase “CO YVY OGUERECO YARA” em guarani significa “ESSA TERRA TEM DONO”, expressão famosa dita por Sepe Tiaraju, liderança guarani assassinada durante a guerra guaraníca. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

Figura 22 -Liderança indígena guarani, Sepé Tiaraju e Cristovão Mendonza padre Jesuíta



Legenda: 1- Sepé Tiaraju, guerreiro e liderança guarani dos sete povos das missões, liderou a guerra guaranítica contra as forças colonizadoras na guerra guaranítica que ocorreu de 1753 a 1756. 2- Cristovão Mendonça, padre jesuíta, fundador da redução São Miguel do Arcanjo em 1632, e responsável por introduzir o gado na região. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

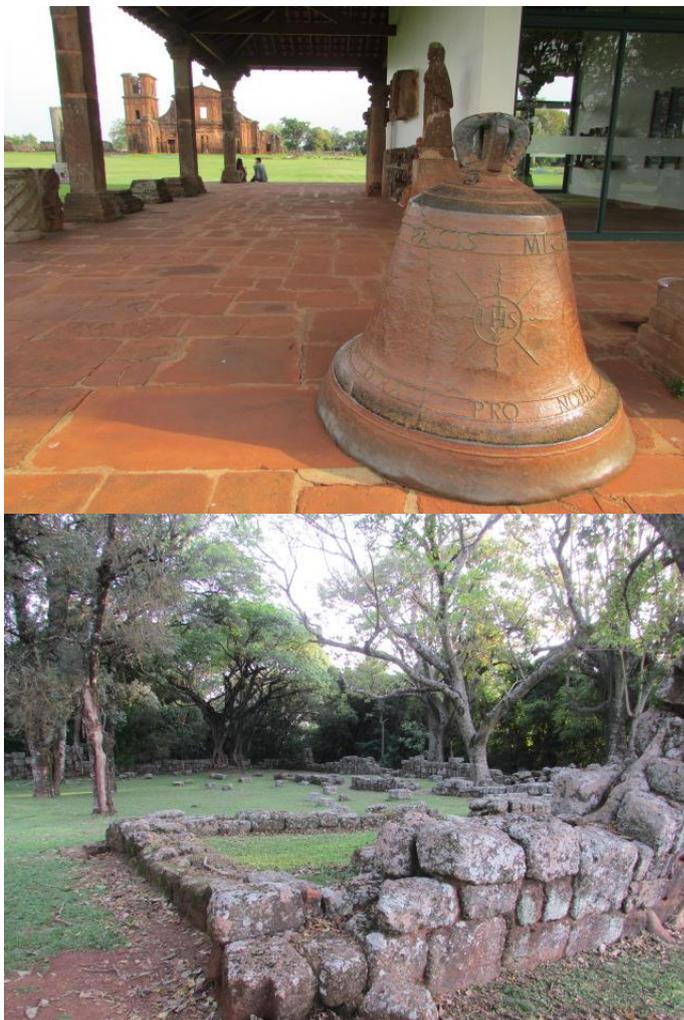
É importante salientar a importância da figura de Sepé Tiaraju no espetáculo, esse que é torturado e assassinado, tanto pela Espanha como Portugal, ganha notoriedade no imaginário local. Em diálogo com uma professora em São Miguel ela comenta que eles esperam a canonização de Sepé. Durante todo o espetáculo é possível perceber duas importâncias na narração desses tempos pretéritos e presentes, marcado pelo diálogo entre a terra e a igreja, elementos da paisagem que são colocados como continuidades no atravessar dos tempos, suas falas diretas àqueles que assistem, são provocativas no sentido de pensarmos os movimentos da guerra guaranítica enquanto presença ainda hoje. Há certa romantização da experiência Jesuítico-Guarani, que tende a exaltar os Jesuítas, pouco se fala ou entende da perspectiva guarani.

Figura 23 - Casa de Hugo Machado



Legenda: Antiga casa do zelador Hugo Machado, conforme visita guiada antes de haver o tombamento pelo Iphan, Seu Hugo já fazia o trabalho de reunir objetos arqueológicos e até buscar na casa de pessoas como pagador de promessas. A casa segue o padrão guarani de construção em arenito, sem janelas, a parte interna toda

Figura 24- Sino e Cotiguaçu.



Legenda:

Sino na parte externa do museu, pesa 910kg e foi construído pelos guaranis, a partir de uma técnica de siderurgia.

Cotiguaçu, tratava-se de uma casa grande com pátio na área central destinada a mulheres indígenas solteiras, viúvas e para evitar práticas de poligamia, natural entre os indígenas mas visto como imoral pelos jesuítas.

Fotos: Raquel Fonseca, 2020.

No dia seguinte a essa imersão turística e de reconhecimento, partimos para conhecer outros pontos referenciais do município, tais como: monumento anti-bandeirante, área rural e redondezas da tekoa koen'ju – essa que não está recebendo visitas devido ao covid19, fonte missioneira – que está fechada para visita também devido a pandemia e por fim o ponto de memória que trata-se de um espaço criado pelo seu Walter e comunidade afim de preservar a memória local, com acervo coletado nos arredores das ruínas de São Miguel do Arcanjo. A partir da experiência do campo, parte fundamental no trabalho geográfico, pudemos compreender e criar novos questionamentos diante de tantas simbologias locais, desde a cruz

missioneira nos municípios que antecedem São Miguel das Missões, até a chegada ao pórtico, inaugurado em 2003.

Figura 25- Monumento anti-bandeirante e cemitério municipal



Legenda: O monumento anti-bandeirante ou anti-herói, obra de João Loureiro fica na saída da cidade ao lado do cemitério e significa o sentimento dos miguelinos quanto as ações dos bandeirantes na região, por estar rebaixado a terra, como um mausoléu. Pode-se perceber características da vestimenta rústica sertanista. A cidade de São Miguel das Missões traz um conjunto de simbologias que remontam o passado e o imaginário de quem vive e visita a cidade.

Foto: Raquel Fonseca, 2020.

A fonte missioneira foi área indígena até 2001 quando foram realocados para uma propriedade à 30km da cidade. Em relato na visita guiada fomos informados que a área da fonte missioneira durante a permanência do guaranis teve grande recuperação de mata, mas como fazia parte da área de tombamento não foi possível continuarem ali. O que se torna um questionamento quanto a frase do pórtico em guarani que diz “Esta terra tem dono” parece que essa na atualidade faz parte mais de um imaginário da história contada, do que de um entendimento real do modo de vida guarani, bem como seu pertencimento.

Figura 26 - Fonte Missioneira, antiga aldeia guarani m'bya



Legenda: Entrada da Fonte Missioneira, no momento propriedade privada e antiga aldeia indígena guarani e que estava fechada para visitação por conta da pandemia de covid 19. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

Uma das fontes de renda e subsistência dos guarani vem da venda de artesanato que realizam na parte exterior do museu no Sitio São Miguel do Arcanjo, ao mesmo tempo temos uma casa na entrada no sítio voltada a artesanatos que trazem elementos de desejo, como referências a Coca-Cola, bandas de rock, e uma pintura em particular que reforça a catequização e certa superioridade cristã aos guarani.

Figura 27 - Acesso as Ruínas de São Miguel Arcanjo



Legenda:

Entrada principal para as ruínas de São Miguel Arcanjo, estacionamento nas laterais.

Recepção para cadastro, visita guiada e informações gerais sobre a redução, algumas fotografias, banners e esculturas expostas no interior.

Loja de artesanatos, souvenir e bebidas, sem relação com os indígenas guarani.

Fotos: Raquel Fonseca, 2020.

Figura 28 - Lembranças e souvenir na loja de artesanatos das Ruínas



Legenda: Alguns dos souvenir para venda na loja de artesanatos da redução São Miguel do Arcanjo, símbolos das missões, frases cristãos e trechos bíblicos, e a pintura de catequização dos indígenas pelos Jesuítas, foram alguns objetos que chamaram a atenção. Foto: Raquel Fonseca, 2020.

O catolicismo enquanto ferramenta de “conversão” dos indígenas bem como de colonização do território e mão de obra, na atualidade se torna motivo para visita turística voltada a uma experiência de fé, souvenir com dizeres cristãos, pedidos ao pé da cruz missioneira que representa o dobro de fé e prosperidade criam um imaginário de sagrado cristão.

Na próxima imagem temos a localização da presente tekoha koen’ju dos guaranis, conforme a página [historiaeculturaguarani.org](http://historiaeculturaguarani.org) o território “Possui 236 hectares que, em 2001, foram comprados pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, e cedidos à comunidade guarani m’bya.” É possível perceber que o uso intensivo da terra para produção agrícola, pressiona as áreas de mata em verde escuro, e que em sua maioria estão nas matas ciliares dos rios.

Mapa 5 - Carta imagem da Aldeia Guarani M'bya



Fonte: <<https://guarani.map.as/#/?z=11.9&x=-28.602252235231727&y=-54.62060872271644>>

Durante nosso percurso pela cidade percebemos placas sinalizando revitalizações e requalificações no entorno do sítio arqueológico. Porém as estradas que levam até os assentamentos e tekoa são todas de terra batida o que dificulta o acesso à cidade em dias de chuva, questão nesses casos quando os indígenas terem que passar a noite na cidade, por não terem como retornar após a venda de artesanatos no sitio. O município com 7.421 habitantes segundo o censo de 2010, e está em área de Mata Atlântica e Pampa, tem alta produção de cereais em lavoura temporária segundo censo de 2018 sendo as três principais culturas: Soja com 76 mil hectares, trigo com 18 mil hectares e milho 4.100 hectares, essas que provavelmente encontram-se com saídas para rodovia asfaltada. Para chegar em São Miguel é feito um desvio até a cidade com bom asfalto o que diferencia para a área rural com estradas de chão batido e predominância de agricultura familiar e áreas de mata, conforme as fotografias abaixo.

Figura 29 - Área rural do Município de São Miguel das Missões



Legenda: Na área rural do município além da extensa produção de monocultura percebida em todo trajeto,



existem alguns assentamentos de produção de agricultura familiar, igrejas e alguns pontos de ônibus. Mesmo não conseguindo agendar a visita a tekoa guarani – por consequência da pandemia de covid 19, ao chegar as

proximidades foi perceptível uma área de mata significativa em comparação com o seu entorno. Foto: Raquel Fomseca, 2020.

Nos próximos tópicos abordaremos de forma mais superficial as realidades de San Ignacio Mini na Argentina e Santíssima Trinidad no Paraguai, relacionando materiais encontrados em sites oficiais e imagens de satélite cruas, sem tratamento, afim de trazer possíveis aproximações para leituras de processos locais. Aqui é importante salientar que por conta da pandemia de Covid19 que ainda presenciamos, ficamos impossibilitados de realizar o campo in loco nesses sítios. O que para o trabalho do geógrafo, seja esse bacharel ou licenciado, traz alguns obstáculos na compreensão das singularidades locais e suas inter-relações. No caso da presente pesquisa, esse aspecto fica em evidência pois, apesar de tratarmos da repetição de reduções que remontam cenários comuns, e compreendemos esse conjunto enquanto elo raiano, os municípios e seus respectivos Estados Nação compreendem diversidades na forma de gestão e valoração dos patrimônios culturais, bem como as diferentes relações dos Estados perante os povos indígenas que fizeram e fazem parte na construção dessas paisagens.

#### **4.3 San Ignacio Mini – Província de Misiones – Argentina**

O município de San Ignacio Mini localizado nas margens do rio Paraná, que representa a fronteira entre Argentina e Paraguai, é a principal melhor ruína conservada e faz parte de um dos atrativos locais, entre eles estão as praias à margem do rio Paraná, a casa de Horacio Quiroga escritor uruguaio, e o Parque provincial Teyú Cuaré que tem como finalidade a preservação de um afloramento rochoso de importância paisagística. Diferente das ruínas de São Miguel das Missões, San Ignacio torna-se atrativo para estadias prolongadas, devido as possibilidades de turismo para além das ruínas. A seguir temos um mapa temático localizando os atrativos da região, retirado do site de turismo de Misiones:

Figura 30 - Localização da redução de San Ignacio Mini e outros pontos turísticos



Fonte: <http://www.misiones.tur.ar/pt/san-ignacio/>

As ruínas de San Ignacio como em São Miguel também contam com espetáculo de som e luz. Em relação a presença dos povos indígenas de acordo com a página Guarani Continental, na Argentina o reconhecimento dos povos guarani:

(...) baseia-se na Reforma Constitucional, do ano 1994, que admite e reconhece que os povos indígenas são pré-existent étnica e culturalmente à Nação Argentina (Artigo 75, Inc.17), substituindo, assim, a anterior referência constitucional que promovia “o trato pacífico com os índios e sua conversão ao catolicismo (GUARANI CONTINENTAL, 2017)

Em relação às políticas de Misiones em relação a população indígena é salientado conforme a organização Continental (2017) que “Uma parte considerável da população não indígena discrimina, explora e desconhece os direitos dos Guarani. Na Constituição Provincial de Misiones ainda não foram incorporados os Direitos Indígenas, como consta na Constituição Nacional e na maioria das outras Constituições provinciais na Argentina.” Na próxima imagem retirada da mesma página a localização das aldeias - tekoa's - próximas à cidade de San Ignacio, percebemos que apesar de haver conforme o relato anterior uma discriminação do povo guarani, a presença deles em número é maior que no Brasil e Paraguai, ao menos nas proximidades das reduções, o que se pode entender pela relação de maior área de mata em uma breve análise de uso da terra a partir da imagem, ponto fundamental na relação dos guarani com a terra, conforme fica evidente em Continental:

O não cumprimento oficial em relação a seus direitos territoriais e sociais provoca diversos problemas difíceis de resolver. Sua postura decidida em defesa do ambiente deve-se à convicção de que a falta de floresta traz consigo carências alimentares, dificulta as práticas religiosas, impossibilita a sustentabilidade e provoca enfraquecimento cultural; o abandono da medicina tradicional traz graves consequências para sua saúde. (GUARANI CONTINENTAL, 2017)

Mapa 6- Carta imagem das Aldeias Guarani M'bya - San Ignacio



Fonte: <<https://guarani.map.as/#/?z=12.600000000000001&x=-27.287433196267816&y=-55.4966337045203>>

#### 4.4 Santísima Trinidad del Paraná– Paraguai

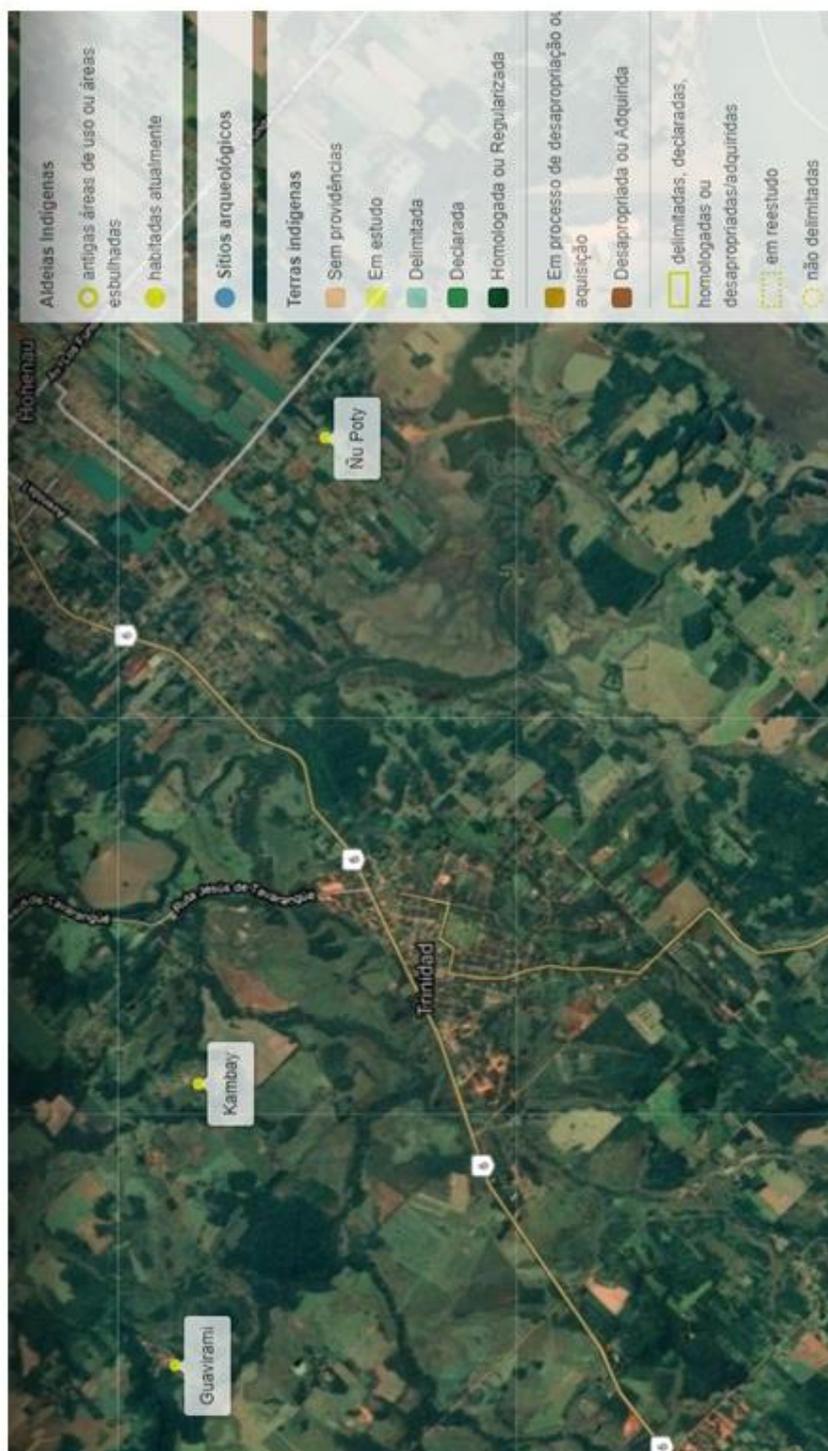
O sitio de Santísima Trinidad, foi reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1993. Em setembro de 2016 houve a inauguração da nova infraestrutura voltada á acessibilidade para pessoas com deficiência sendo as intervenções: Placas expositoras em Braille em inglês, espanhol e guarani, adaptação de banheiros para pessoas com deficiência, modelo háptico na Missão de Jesús de Tavarangue, rampas de acesso principais. O mês de maior visitações ás ruínas é em janeiro, conforme o Observatório Nacional de Turismo do Paraguai, em 2015 último ano referenciado, as visitas ultrapassaram de 6 mil turistas. Em relação á população guarani no Paraguai, é salientado na página Guarani Continental uma interessante informação guanto a migração de brasileiros para o país, após o Tratado de Itaipu que afetou diretamente seus lugares de vida:

As características destas transformações e substituições têm sido causadas, principalmente, pelos seguintes fatores: A entrada de um novo contingente populacional brasileiro, os chamados brasiguaios, que ocupam grande parte dos territórios tradicionais guarani, e de outros proprietários de terras que se dedicam ao agronegócio, com o cultivo de soja mecanizada e fazendas de gado, que atingem dezenas de milhares de hectares. De fato, estes cultivos obrigam ao desmatamento completo da área, acompanhado da expulsão de seus habitantes tradicionais. Assim, o tekohá dos Guarani foi destruído definitivamente. (GUARANI CONTINENTAL, 2017)

Podemos perceber na próxima imagem que o uso da terra muito mais fragmentado com pequenos recortes de área de mata, explicita um pouco das pressões que esse povo tem sofrido frente a ideia desenvolvimentista, e suas diferentes concepções culturais e econômicas. Ainda sobre a situação de pressão externa e arrendamento de suas terras, a deterioração da economia guarani no Paraguai é explicada da seguinte forma:

A economia, que repousava em uma forma de trabalho comunitário e distribuição equitativa dos bens, foi profundamente transformada. A produção interna diminuiu. A dependência de salários externos, que beneficiam os professores nas escolas para indígenas, bem como os agentes de saúde, criou um desequilíbrio significativo na vida da comunidade, onde se insinua a distinção entre Guarani ricos e Guarani pobres. ( GUARANI CONTINENTAL, 2017)

Mapa 7- Carta imagem das Aldeias Guarani M'bya em Santissima Trinidad del Paraná



Fonte: <<https://guarani.map.as/#/?z=12.600000000000001&x=-27.138369814187577&y=-55.69233708728264>>

A partir das análises comparativas das relações entre os guarani e as reduções e por consequência com os Estados: Brasil, Argentina e Paraguai. Se percebe o valor imaterial das reduções para a manutenção simbólico de traços do passado, porém o que temos enquanto políticas para os guarani são controversas quando não há o entendimento e assimilação por parte dos poderes públicos e sociedade, suas manifestações culturais, que muito dialogam com o entendimento proposto nesse trabalho a partir do elo raiano. Brighenti nos explica a questão territorial e o conflito no entendimento dessas forças:

Esse atrito com os Estados nacionais confronta formas antagônicas de relações com o espaço – do Guarani, um povo sem fronteiras, para os Estados que se sustentam na manutenção e defesa das fronteiras ou limites. O território tradicional Guarani se define por limites devidamente estabelecidos a partir das relações sociais internas, das relações com outros povos indígenas e das relações ecológicas e da cosmovisão, sendo, portanto, limites naturais que se ajustam ao modo de ser Guarani. (BRIGHENTI, p. 78)

Compreender os diferentes modos de vida de comunidades tradicionais e outros sujeitos que tem prerrogativas distintas da dita civilização, são necessárias ao pensar os territórios, a fragmentação do espaço e consequente direcionamento de áreas ambientais, culturais, econômicas, entre outras, tornam-se problemáticas quando não compreendem a ligação de todas nas espacialidades e manifestações diversas culturais que criamos enquanto seres humanos, ou seja, áreas de monocultivo são tão ambientais quanto áreas de conservação da natureza, e assim culturais, pois expressam como temos significado nosso entendimento de ação no mundo e de apropriação dos recursos naturais. A Terra é um sistema aberto e diverso, que em diferentes escalas demonstram suas conexões físicas, químicas, biológicas e humanas, assim, socionaturais.

## 5. Considerações finais

Concluo com essa pesquisa que os desafios que temos na contemporaneidade a partir das temáticas abordadas nessa pesquisa, extrapolam nosso entendimento de pertencimento a uma nação, a um espaço limitado, com os movimentos de globalização o mundo se complexificou e, então, as razões de serem dessa como são. A Paisagem mostra-se como possibilidade de ampliarmos os debates de cooperação transfronteiriça entendendo o outro como semelhante, assim como o outro de nosso próprio território, que participa de um mesmo ambiente, sugerindo a ideia de Raia como possibilidade de implementação de políticas públicas que valorizem esses espaços em suas potencialidades ambientais e culturais, que valorize e seja um passo no entendimento das diferentes expressões de vida, respeitando as territorialidades ali constituídas.

Assim, não se anula o fato histórico da importância de se compreender e estudar a fronteira, afinal ali temos rugosidades sociohistóricas de significativa importância quando pensamos o presente como consequência de um passado, ou seja, as questões sicionaturais que se abrem a partir desses espaços tempos, de apropriação da natureza, dos movimentos de colonização, da compreensão ambiental e cultural, devem ser entendidos em suas dimensões para que assim possamos superá-los. Dessa forma a sugestão de leitura e possíveis políticas públicas para a área de fronteira, compreendida então como raia se torna interessante por percebermos que apesar de todos os movimentos de grupos sociais diversos que constituíram e constituem o território, não anulam a magnitude da paisagem e suas continuidades, a realidade tal como ela é natureza, nos evidencia signos e significados que criamos enquanto humanidade, mas que na prática se tornam exclusivos, fragmentando relações que não se fragmentam.

A Natureza que se faz presente em parte na Paisagem nos leva a compreender sua imponentia diante de nossa existência, assim como nossa ação sobre o espaço, marca rugosidades de como temos compreendido a ideia de recursos naturais numa perspectiva predatória, desde o nome do município de Derrubadas que materializa os processos sociohistóricos de desmatamentos da região, que teve grande importância na economia madeireira, e que na atualidade resiste na manutenção de uma área de conservação ambiental que movimenta o turismo, participando das dinâmicas econômicas, as contradições estão colocadas na realidade, um exemplo são os diálogos para construção de uma nova

hidrelétrica entre os municípios de Garabi e Panambi na fronteira trabalhada nessa pesquisa, sua implementação teria impacto direto no Parque Estadual do Turvo, eliminando essa área pela inundação do rio Uruguai.

Os patrimônios mundiais de cultura que devem servir como lembrança de fatos passados, mas também na necessidade de abrir espaços de voz e vez na luta e resistência dos povos indígenas, na defesa de seu modo de vida e de seus territórios. Assim, essa pesquisa se fundamentou no sentido de compreender como através da Ciência Geográfica podemos repensar os espaços de vida, afim de expandir a reflexão sobre o que a fronteira pode vir a significar a partir desses e outros mais apontamentos que nos levam a questioná-la.

A partir desses apontamentos é necessário salientar metodologias que não são específicas da geografia, mas que foram valiosas para compreensão das dinâmicas lindeiras, a elaboração das cartas de uso da terra e os trabalhos de campo. A primeira na interpretação de uma maior área de abrangência dos municípios e como a gestão dos parques tem se adaptado a demandas da sociedade e no embate político em suas manutenções, a pressão que as duas áreas sofrem se torna evidente quando analisamos as cartas, assim, as crises que debatemos na geografia, da separação sociedade e natureza fica ainda mais evidente, quando romantizamos sua existência em espaços cercados e não percebemos nossa dependência dela, a transformando num produto. Já o trabalho de campo, no fazer geográfico nos traz justamente a dimensão das diferentes relações sociedade natureza, e dos conflitos de diversas esferas de poder na construção desses espaços, além de potencializar um olhar crítico sobre as transformações paisagísticas, se por um lado as cartas nos auxiliam na síntese espacial, o campo nos dá a dimensão da realidade, das dinâmicas, do corpo vivo que é a sociedade e suas diversas relações que por vezes divergem e/ou convergem, como no momento de confraternização da limpeza do rio Uruguai

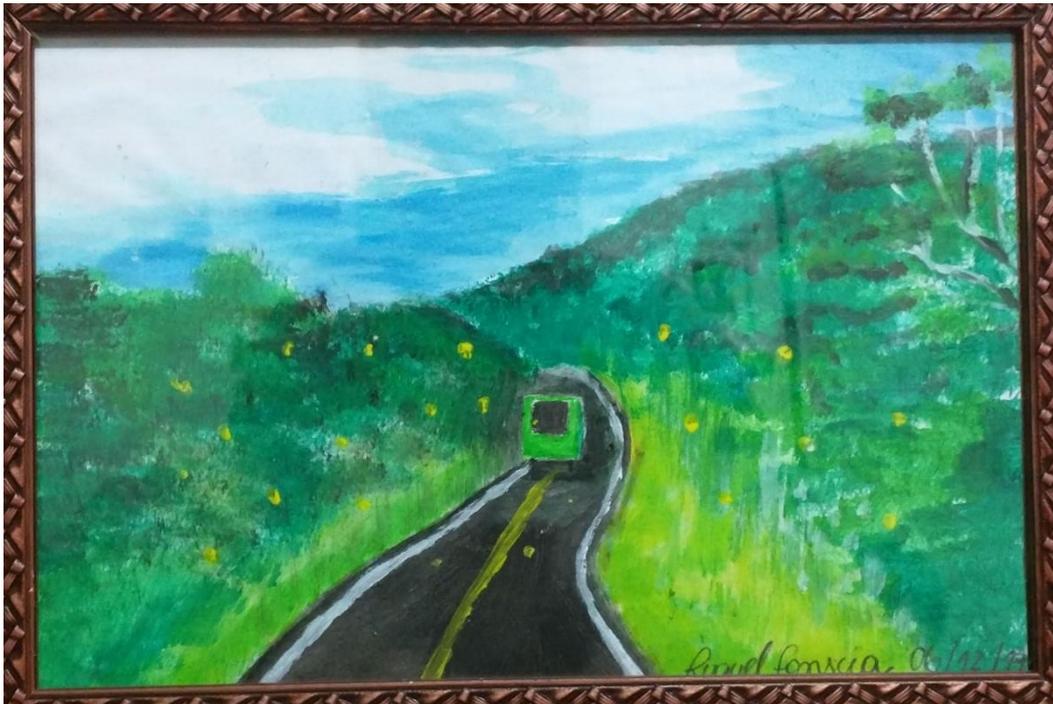
Assim, o presente trabalho possibilitou através dos estudos da fronteira ampliar as possibilidades de entendimento do mundo, que por tanto falarmos de globalização nos parece fato consumado, e que quando nos aproximamos dessas fronteiras percebemos a diversidade cultural e ambiental mas que por vezes são colocadas a margem do interesse do poder público, na falta de investimento em infraestrutura e valorização das potencialidade social e ambiental.

A compreensão do trabalho da pesquisa é um processo contínuo de descobertas e esforço para a síntese, afim de não perder de foco o objetivo e objeto central a que se propõe no projeto. O espaço geográfico enquanto base das mais diversas relações e instrumentalizações do saber, nos coloca a todo momento a necessidade da busca por ferramentas e construção metodológica para atender ao que se planejou. Revisitar antigas leituras e buscar por novas, suas sistematizações e reinterpretações. É também processo contínuo que caminha junto àqueles que a fazem, e só pode acontecer no movimento, construir a narrativa geográfica nos traz diversas possibilidades de debate, mas que nem sempre são contempladas em um único trabalho, assim, acredito que a função de criar o interesse pela pesquisa como caminho contínuo e sempre inacabado faz do horizonte um caminho surpreendente e inesperado, contribuindo para que novas pesquisas possam ser feitas e somadas.

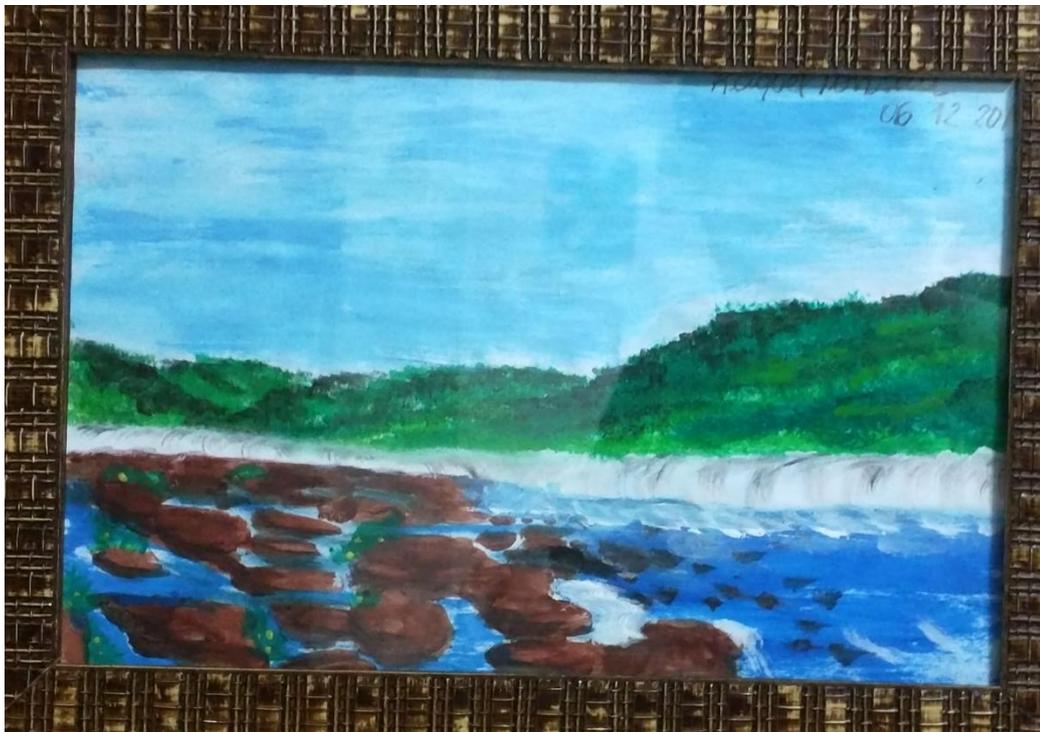
Concluo afirmando que apesar do trabalho de pesquisa ser solitário, o momento que vivemos uma situação atípica nesse um ano e dois meses, com a pandemia de covid19 que culminou no afastamento de nossos vínculos sociais, especialmente o espaço da universidade que nos encontros fazem o movimento necessário à pesquisa, em um ambiente dinâmico na construção de ideias, nos deixou um tanto mais solitários na construção de pontes coletivas de pensar o mundo. O momento de finalizar a graduação, que deveria ser da comemoração, do encontro, realiza-se no compartilhar do trabalho nessa banca, com esperança de em breve conseguirmos um encontro raiano.

## 6. Ilustrações paisagísticas da raia.

Figura 31- Retratos de paisagens raianas, outubro de 2019.



Legenda: Trajeto em direção ao Salto de Moconá, 2019.



Legenda: Paisagem brasileira para o lado Argentino, Salto do Yucumã, 2019.



Legenda: Travessia de balsa para El Soberbio, 2019.

*“A repressão às outras narrativas que não as oficiais, à palavra que não a definitiva, autorizada, é uma manifestação de poder. A repressão é o elogio da muralha e um movimento contrário à mistura, à diversidade e à saúde. A repressão é a explicitação de territórios, de domínios, de fronteiras ou, antes disso, é a atitude de um poder que pretende se preservar. A repressão se manifesta na linguagem, e especialmente nos domínios do saber, é sutil, sofisticada. Pode propor liberdade, enquanto aprisiona. Pode sugerir a integração e a comunhão, quando de fato divide e constrói a distância.” (HISSA, p. 44, 2006)*

## 7. Referencial bibliográfico:

ARGENTINA. Ley Nacional 25.675. Ley General del Ambiente. Disponível em: <http://www2.medioambiente.gov.ar/mlegal/marco/ley25675.htm>. Acesso em: outubro de 2018.

ARGENTINA. Ley Nacional 26.331. Presupuestos Minimos de Proteccion Ambiental de Los Bosques Nativos. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/135000139999/136125/norma.htm> Acesso em: outubro, 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>> Acesso em: outubro 2018.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem-ambiente-território. In: SERRÃO, Adriana (coord.). Filosofia da Paisagem: uma antologia. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>> . Acesso em: outubro 2018.

BRASIL. Lei Federal No 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm)>> . Acesso em: outubro 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Faixa de fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Estados nacionais e povos indígenas: análise de experiência guarani. Cadernos do CEOM – Ano 24, n. 33 – Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó

BOSA, Eliezer. Raia e conservação ambiental: uma análise sobre a fronteira Rio Grande do Sul/Brasil – Misiones/Argentina. Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso Geografia-Licenciatura, Chapecó, SC, 2019.

CATAIA, Márcio. O papel das fronteiras na formação dos territórios. In: Território Nacional e Fronteiras Internas. A fragmentação de território brasileiro. São Paulo, 2001.

CAVACO, C. Fronteira Portugal - Espanha e Individualidade Territorial. Finisterra, XXXII, 63, 1997, pp. 159 – 166 in.: <<<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1782>>>

COSGROVE, Denis (1998) “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL Z. (Orgs.) Paisagem, Tempo e Cultura, EdUERJ, Rio de Janeiro, R.J.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. Plano de manejo do Parque Estadual do Turvo-RS. Porto Alegre, 2005.

GUARANI CONTINENTAL. Assim vivemos: Na Argentina. Acesso in: <<http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/portfolio/argentina/>>

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade da fronteira: inserções do conhecimento sócio-espacial na crise da modernidade. 1998, v.1. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006. p. 77.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: Tania Marques Strohaecker, Anelisa Damiani (orgs.). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana? 8. ed. 2ª reimpressão – São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette. Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. 1. ed. rev. 2009. Ed. da UFPR, 2002 – Curitiba: 2009

OLIVEIRA, Luis Sérgio. FRONTEIRA: ARTE: DOIS MUNDOS: projetos de arte de Alfredo Jaar e Judi Whertein entre América Latina e Estados Unidos. Revista Farol: n. 9, 2013.

PASSOS, Messias Modesto dos. A raia divisória: Geossistema, Paisagem e EcoHistória. Maringá: Eduem, 2006. 132 p.

PASSOS, Messias Modesto dos. Paisagem e meio ambiente (Noroeste do Paraná). Maringá: Eduem, 2013.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10067373-Patrimonio-cultural-turismo-e-identidades-territoriais-um-olhar-geografico-maria-tereza-duarte-paes-universidade-estadual-de-campinas-sp-brasil.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza na globalização. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. ed. 15. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicacion: Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. P. 151-197

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SARAMAGO, José. Levantado do Chão. Portugal: Editorial Caminho, SA, 1980.

SOUZA, Reginaldo José. Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP. PPGG – FCT/UNESP: 2014.

\_\_\_\_\_. O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP: Presidente Prudente, 2010.

\_\_\_\_\_. Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP: Presidente Prudente, 2015.

SOSTER, Sandra Schmitt. Missões Jesuíticas como Sistema. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, Henri. A Duração das Cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.